



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: MILTON LEITE**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 05-11-14

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento e com a presença dos Vereadores Ricardo Nunes, Relator do Orçamento, Aurélio Nomura, Dalton Silvano e Paulo Fiorilo, declaro abertos os trabalhos da vigésima terceira audiência pública de 2014 e a sétima audiência pública temática sobre o PL 467/14, do Orçamento 2015.

Participarão desta audiência a Secretaria dos Transportes, o Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito, a SPTrans, a CET, a Secretaria de Segurança Urbana, a Secretaria de Coordenação das Subprefeituras e a Superintendência das Usinas de Asfalto.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), link Auditórios On-line.

A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), link Audiências Públicas e Registro Escrito.

Foram convidados para participar desta audiência pública os Srs. Jilmar Tatto, Secretário Municipal de Transportes; Roberto Porto, Secretário Municipal de Segurança Urbana; Ricardo Teixeira, Secretário de Coordenação das Subprefeituras, e Sérgio Antonio Alcalá, Superintendente das Usinas de Asfalto – Spua.

Suspendo a sessão por alguns minutos para aguardar a chegada dos convidados.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Informo que o Sr. Secretário Jilmar Tatto não virá por problema de ameaça de greve, mas enviou um representante, o Sr. Antonio Carlos Prestes Campos, assessor financeiro da Secretaria de Transportes. Pela SPTrans, falará o Sr. Denilson Ferreira, Diretor Administrativo da SPTrans.

Peço que os representantes se apresentem à Mesa para darmos início à reunião.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Sr. Denilson, obviamente, por ser uma rubrica que tem impacto, a curiosidade de todos é sobre compensações tarifárias, gratuidade.

Qual o valor que gastaremos em 2014 com compensações tarifárias?

**O SR. DENILSON FERREIRA** – Vereador, Tudo indica que fecharemos o ano em torno de 1,7 bilhão.

**P** – De compensações tarifárias, está previsto um gasto em torno 1,7 bilhão. Está previsto aumento de combustível e de salários, dissídios. Isso está correto?

**R** – Está correto.

**P** – Suponho, então, que, no ano de 2015, precisaremos de 1,7 bilhão mais alguma coisa. Estou errado?

**R** – Vereador, existe um conjunto de ações que vem sendo discutido no âmbito da Secretaria Municipal de Transportes que visa a atenuar esse custo, seja uma reestruturação das redes, seja um conjunto de ações que estão sendo trabalhadas ao longo desse período. Não trouxe esse detalhamento, mas há, de fato, esse conjunto de ações.

**P** – Mas se o senhor não fez isso até 2013, entendo que houve uma falha. Se o senhor podia reestrutura a rede, o que geraria economia, por que não foi feito?

**R** – Não é que não tenha sido feito, é um trabalho que já se iniciou e vem sendo construído.

**P** – Tudo bem, entendi. Mas se o eventual aumento, que pode não ocorrer, dar-se-á por conta de que há um planejamento de remanejamento e de reestruturação da rede, o que pode provocar uma economia, a pergunta é: por que já não foi feito?

**R** – Porque está em fase de construção.

**P** – Mas há dois anos?

**R** – Isso. Mas depende também de uma nova licitação, depende de uma série de ações que estão sendo trabalhadas.

**P** – A cidade de São Paulo está sangrando por falta de recursos. Não há nenhuma dúvida da dificuldade gigantesca que temos em relação ao orçamento. Se o senhor tem à disposição um mecanismo, que eu acho que tem, a pergunta é: por que não foi implementado

ainda?

**R** – A nova licitação estava prevista já para o ano passado, mas, em função das manifestações que ocorreram, de todo o processo político que se irrompeu, houve, no âmbito do governo, uma decisão de se fazer uma auditoria dentro do contexto dessa conta sistema, inclusive para se trabalhar esse novo modelo de licitação.

**P** – A auditoria, então, já está fechada?

**R** – Não, está para ser fechada no início do ano.

**P** – E perspectiva é a de que...?

**R** – De que a licitação ocorra...

**P** – Que se desenhe um novo modelo? Que haja um novo desenho na licitação? É

isso?

**R** – Exatamente.

**P** – Ainda assim, qual é a expectativa de gasto? É maior ou menor que 1,7 bilhão para 2015?

**R** – É exatamente isto que está sendo colocado no Orçamento neste momento: se não me falha a memória, 1 bilhão, 422 milhões.

**O SR. PAULO FIORILO** – Um aparte, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Concedido.

**O SR. PAULO FIORILO** – Só para eu entender. Sr. Denilson, o senhor podia identificar quais são as rubricas que o senhor utilizou para chegar a essa questão da compensação tarifária? Dá para identificar?

**O SR. DENILSON FERREIRA** – A rubrica é a 10.2645330094701, compensação tarifária do sistema de ônibus.

**P** – Então, nessa rubrica de 4701, o valor destinado para 2015 é de 1.4.

**R** – Exatamente.

**P** – O senhor disse que vamos fechar 2014 com 1.7. Então, minha pergunta é: as

medidas que estão sendo pensadas levarão à redução do subsídio de 1.7, de 2014, para 1.4, de 2015 porque teremos reajustes tarifários ou porque as medidas pensadas economizarão recursos?

**R** – A reestruturação da rede, que está sendo pensada, imaginamos que aumentará significativamente a eficiência do sistema. Essa é a discussão que está em pauta neste momento.

**P** – Mas isso significa menos recursos para o subsídio?

**R** – Menos recurso para o subsídio.

**P** – Então, o que vocês estão dizendo é que vocês vão gastar menos do que 1.7 no ano que vem em função da reestruturação?

**R** – Essa é a proposta.

**P** – Então, pergunto a vocês: quais são as reestruturações que estão sendo pensadas? Porque já estamos em novembro e daqui a dois meses já começa janeiro.

**R** – Isso.

**P** – A auditoria termina quando?

**R** – O término da auditoria está previsto para o final de dezembro, com entrega em janeiro.

**P** – Eles vão entregar no início de janeiro. Portanto, é impossível implementar já em janeiro.

**R** – Sim, mas, ao longo do ano, haverá nova licitação já com esse novo modelo, com reestruturação das linhas estruturais.

**P** – Em quanto tempo vocês estão prevendo fazer a licitação?

**R** – Imaginamos que, na metade do ano que vem, esse processo...

**P** – Mais seis meses. Então, diante desse calendário, não há o risco de o valor estabelecido para o subsídio ser menor para o próximo ano de novo?

**R** – Trabalhamos com a ideia de que esse valor seja absolutamente suficiente.

**P** – Por último, o senhor disse que vamos chegar a 1.7. No liquidar de setembro, temos o valor de 1 bilhão, 192 milhões e 200 mil. A expectativa de chegar a 1.7 é função do quê?

**O SR. DENILSON FERREIRA** - Em função do que já está sendo executado, que aconteceu em outubro, que está acontecendo em novembro. Então, a gente tem um fluxo de caixa de que prevê chegar a esse valor.

**O SR. PAULO FIORILO** – E vocês vão ter uma atualização na rubrica?

**R** – Exato.

**P** – Porque estava estabelecido 1,4.

**R** – Exatamente.

**P** – Então, nós vamos ter um aporte de pelo menos mais 280 milhões...

**R** – Muito provavelmente.

**P** – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Concluindo, a pergunta é: com tanto dinheiro em jogo, por que não pisamos no acelerar para reestruturar o sistema? Porque a lei que votamos aqui, que trata da estruturação do sistema de transporte... E não tem outra, vocês só poderão fazer uma reestruturação dentro da lei que nós votamos; fui um dos autores do substitutivo final. Ou seja: tronco, terminais, abastecimento de terminais, a espinha com carros grandes rodando, a convivência entre os locais, entre os permissionários e concessionários. Acho que esse termo que bolamos há muito tempo, mais de 10 anos, essa lei é muito próxima daquilo que vocês estão dizendo que vão fazer. Tem que ser isso, não conheço outra fórmula. A pergunta é: por que já não aceleramos isso e não economizamos esse dinheiro?

**R** – Nós estamos trabalhando na maior velocidade possível, Vereador. Nós dependemos dessa auditoria - que a Ernst Young tem o compromisso de nos entregar entre o final do ano e o começo do ano - para que, de fato, tenhamos esse subsídio fundamental para o novo processo de licitação.

**P** – Denilson, eu entendi isso. Eu só não entendo isto: se vamos gastar de 1,7 bilhão para 1,4 bilhão em 2015, são 300 milhões. Para que fique bem claro para a população: de 1,4 bilhão para 1,7 bilhão, que vamos gastar. Gastaremos, segundo a proposta orçamentária de vocês, em números redondos, 1,4 bilhão neste ano. Então, há uma diferença redonda de 300 milhões. O sujeito tem que estar trabalhando 24 horas para ter terminado isso há 6 meses. Você concorda comigo? Porque são 300 milhões que estão em jogo. Entendo também, conheço um pouquinho de transportes, pois temos uma atuação nessa área junto com os locais, com o sistema permissionário. A pergunta é: por que não se pisa no acelerador? A cada dia que passa o dinheiro está indo pela janela. Esses 300 milhões farão falta para nós no ano que vem em todas as áreas. Serão pelo menos 300 milhões, valor equivalente a 300 creches de 1 milhão. É dinheiro que não acaba mais, que não precisaria ir para o transporte. Então, faço um apelo ao Jilmar Tatto, que vai falar com vocês, Antonio Carlos: pelo amor de Deus, façam isso correndo. Reúnam os permissionários e concessionários e digam o seguinte: “Tem 300 milhões aqui, que estou soltando, e fazem falta para pagar funcionários, para aumento de salário e qualidade do serviço”. Há um custo da máquina, que aumenta.

Esse é um apelo que estou fazendo, independente de orçamento. A lei que nós votamos é boa, tanto que esta Casa aprovou, que é a solução que vocês estão estudando e vão chegar a ela, pois não conheço outra. Por que estou dizendo que já deveria ter sido feito? Porque já é conhecida; a solução que vocês vão estudar, que gastaram *etc.*, já é conhecida, pois é prevista em lei. Então, senhoras e senhores telespectadores da TV Câmara São Paulo, atenção à solução: nos corredores só rodam biarticulados; os terminais abastecem os corredores, que vão rodar com velocidade. Discutimos isso há 12 anos! Quer dizer: vocês vão estudar para chegar a isso? Alimentar o sistema tronco, é isso?

**R** – Vereador, eu gostaria de corroborar com a posição do Vereador. Esse trabalho vem sendo feito intensamente, diuturnamente, 24 horas por dia.

**P** – Eu sei que há dificuldade no dia a dia para operar, para a gente implantar isso...

**R** – Há um conjunto de linhas que inclusive já foram alteradas dentro do modelo existente. Ocorre que a licitação está sendo construída, isso já está sendo debatido com...

**P** – Previsão para a licitação...

**R** – Nós estamos trabalhando com o horizonte de que no meio do ano isso esteja pronto.

**P** – Longe, hein?

**R** – Mas é um processo complexo.

**P** – O senhor participou no meio do ano (ininteligível) São 150 milhões que vão embora, a mais, pelo ralo. Aí, já não será mais 1,7 bilhão.

**R** – Por isso é que nós estamos trabalhando com 1,4 bilhão.

**P** – Pois é, mas 1,4 bilhão você vai gastar neste ano, Denílson. A tua conta não fecha.

**R** – Não, 1,4 bilhão para o ano que vem.

**P** – Se você está trabalhando com 1,4 bilhão e só vai implementar no meio do ano, eu já terei gasto, na metade, 1,7 bilhão. Eu terei gasto 150. É que o meu raciocínio é um pouquinho rápido. Se você falou no meio do ano e vai para modificar, eu já terei gasto 150 daquilo que você está falando que é para esse ano – que já não seriam mais 150. Porque terei aumento de combustível, terei dissídios. Se você não mudar o sistema, esse 1,7 bilhão será 2,2 bilhões no ano que vem. Se você pretende modifica-lo só no meio do ano que vem, significa que você está gastando pelo menos mais 400 milhões além do que você já está gastando, que você deixaria de gastar. O deixar de gastar para implementar o 1,4 bilhão teria que estancar em janeiro. Pergunto: não dá para fazer um esforço concentrado e modificar em janeiro:

**R** – É que essa licitação é uma licitação extremamente complexa, extremamente ampla.

**P** – Eu sei disso.



**R** – Então, esse horizonte de os próximos meses colocar essa licitação na rua é um horizonte bastante otimista.

**P** – A licitação é uma coisa. Falo de adequar. Você disse o seguinte, Denilson: “Estamos adequando as linhas no dia a dia”. Pergunto: por que não adequamos o máximo possível de imediato - mesmo com contratos de emergência e com a contratação vigente - para que permita uma economicidade do que você está falando? É muito dinheiro!

**R** – O que é possível, dentro do contrato vigente, está sendo feito. Está sendo feito. Essa grande reestruturação que está sendo pensada depende do novo modelo de licitação, do novo modelo de contratação, da nova concessão. Então, esse é o encaminhamento que temos trabalhado com a maior celeridade possível.

**P** – Em relação aos permissionários, falo para você: acelere, porque há intranquilidade nas famílias dos permissionários. Eles estão intranquilos, pois não têm um contrato sob o qual trabalhar. Trabalhar sob contrato de emergência, eles também não desejam. Então, estão fazendo um apelo para que se faça a licitação. O modelo ajusta ao mercado, mas eles não podem ficar trabalhando sob emergência, em clima de intranquilidade. Porque eles não conseguem contrair empréstimos para carros sem um contrato, você concorda?

**R** – Concordo perfeitamente.

**P** – Quem está sob emergência, não vai a um banco para tentar comprar um carro novo para botar na linha e dar uma qualidade maior ao usuário. Então, nossa preocupação é que eles tenham contrato para que possam ofertar para a Cidade veículos novos, financiados a um prazo mais longo.

Esse apelo, transmita também, Antonio Carlos, ao Jilmar Tatto. O Arselino Tatto e o Jair Tatto devem estar assistindo a esta audiência. Então, digam ao Secretário: “O Miltão está cobrando a licitação para botar carro novo na rua”.

A Lei dos Corredores está sendo bem feita. Aqui não damos só paulada,

reconhecemos também. Esse é um apelo que fazemos em prol dos permissionários. (Pausa)  
Pode falar.

**R** – Permita-me, Vereador. Só para complementar, essa é uma prioridade do Secretário nesse período. A Secretaria tem trabalhado intensamente para a construção desse novo modelo, e dependemos de fato dessa auditoria, que é parte importante nesse contexto.

**P** – O que já foi detectado pela auditoria, que já lhes foi repassado? Vocês não vão fazer um pacote fechado, surpresa, com: “Não achei nada” ou “Está barato?”. O que foi já detectado? Porque eles vão passando gradativamente as informações.

**R** – Ainda que parcial, não temos ainda nenhum destaque em relação...

**P** – Não entendo, Denilson. Se não tem nenhuma parcial, como é que...?

**R** – É que...

**P** - ... você sabe que vai dar resultado de redução?

**R** – Não, não é a auditoria que implicará na redução; o que implicará a redução é o modelo que está sendo construído, é o novo modelo. Agora,...

**P** – Qual é o objeto da auditoria?

**R** – A verificação da conta sistema, que é um objeto extremamente complexo. O compromisso da entrega do relatório final é agora, início de 2015. Então, esse documento é fundamental para a consolidação desse novo modelo que nós vamos construir a partir de então.

**P** – Uma das coisas que sangra a cidade de São Paulo e tira a receita de 400 milhões são as intermunicipais, aquelas linhas que adentram a cidade de São Paulo e jogam o passageiro rodando em cima da gente. Fizemos uma CPI, propusemos, mandamos para que vocês estudassem uma forma de legislação para que esta Casa. Por que tem que ser vocês da Secretaria para propor essa lei e nós votaríamos, para pararmos e proibirmos essas empresas? Para que as pessoas entendam: as empresas de ônibus, para manipular o transporte aqui na cidade de São Paulo, botam uma empresa. Por exemplo, Embu Guaçu,

Taboão, Itapecerica pegam o passageiro de lá, colocam-no aqui e cobram o que querem. Ele entra na cidade de São Paulo, sobrecarregando nossos corredores, legais e ilegais, causando um prejuízo enorme. Na verdade, não são intermunicipais: eles vão bem na beiradinha da Cidade, na divisa, 1km para dentro da cidade de Itapecerica e botam o ônibus para ficar fazendo transporte urbano de São Paulo. Para que vocês entendam: estão na divisa do Município. De Itapecerica não tem ninguém, mas ele entra na cidade de São Paulo e faz o transporte urbano. Só que a rentabilidade não fica aqui, a tributação foge da nossa receita, tirando o passageiro do nosso sistema.

Estamos cobrando de você, Antonio Carlos, que mande a lei para que proibamos a entrada desses veículos, para que limitemos isso.

**O SR. DALTON SILVANO** – O Vereador me concede um aparte sobre esse assunto?

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Está concedido, Vereador.

**O SR. DALTON SILVANO** – Eu estava analisando: multas de outros municípios, orçadas em 309 milhões; arrecadadas, zero. Quero saber se está tendo algum problema. Porque está orçado esse valor, se está sendo multado, se não está, dentro do que V.Exa. está falando. Entendeu, Vereador?

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Veja, estou dizendo o seguinte: a cidade de São Paulo tem que estancar, dentro desse planejamento, Denilson e Antonio Carlos, a entrada desses invasores, desses alienígenas que invadem a Cidade, de municípios vizinhos. Todos os vizinhos têm. Há a dupla garagem, que é a garagem que opera aqui e opera lá. Essa nova licitação deveria até ser discutida aqui em audiência pública nesta Casa. A empresa tem garagem aqui e tem garagem lá; ela paga um custo e tem um custo administrativo, dobrado. Diminuiu também o volume de empresas permissionárias para que tenha um custo administrativo menor e um planejamento estratégico de linhas menores, que gerem um custo menor para a Cidade. As permissionárias estão cômicas disso, sabem disso. Quais as

sangrias que temos no sistema? Ônibus que trabalha de madrugada, exige-se que seja um biarticulado. Está errado. No máximo, deveria ser um micro.

De madrugada, do Terminal da Bandeira, sai ônibus para a zona Sul, biarticulado, aquele tamanho de ônibus com somente 2 passageiros! Desculpem, mas isso tem que ser corrigido imediatamente! Isso é dinheiro jogado fora. Coloquem micro para fazer isso. Se a empresa que é detentora da linha não tem, compre um micro, abaixando nosso custo. Não justifica! Cansei de ver de madrugada aqueles ônibus gigantes, cujo custo é de 1 milhão de reais se for articulado, ou 800 mil, se for normal, com 2 ou 3 passageiros. Isso não justifica.

Esse planejamento estratégico tem que ser revisto, gente! Isso é custo de transporte. A Cidade não pode ficar pagando o erro operacional. Não vou ficar aqui discutindo operação, mas isso é dinheiro do sistema, dinheiro nosso. Nosso dinheiro não pode ficar sendo desperdiçado assim, permitindo-se às empresas gastarem dessa forma.

Há outra coisa. Há um ônibus no corredor e há um local ocupado por veículos menores. Isso poderia ser reestruturado, basta planejamento. Se os senhores me permitem, com o mesmo dinheiro hoje creio que dê para fazer, entre permissionários e concessionários. Creio que o dinheiro dá, é só realmente reorganizar, como você está dizendo, com um sistema de alimentação troncal, que é o que foi votado na lei. E também um planejamento nos troncos no período da madrugada, em determinada hora, tem que ser de modo decrescente: biarticulado, veículo grande, micro e minivans, que têm que estar previsto no sistema. Não são só biarticulados que vão rodar. Isso custa para a Cidade. É bonito ter aquele ônibus de madrugada. Enfeita, mas custa caro. É preciso ter um veículo menor. Acho que é por aí. Não vou monopolizar. São só sugestões. Tenho a certeza de que vocês concordam com isso.

**R** – Está registrado.

**P** - Concordam ou não concordam?

**R** – concordamos, inclusive, todo esse planejamento leva em consideração essa nova ótica operacional, essa novidade que a administração está trazendo que é a rede da

madrugada, que está sendo cada vez mais implantada, mas temos que torná-la o mais eficiente possível. Corroboramos a posição do Vereador.

**P** – Pode ser que, de madrugada, nem precise de ônibus. Pode ser uma vanzinha, para 16 pessoas, porque é o que resolve. Outra coisa: não tem que ter trocador de madrugada. É um motorista só com aquilo lá. Tira o dinheiro com a passagem eletrônica, com o cartão. É barato isso. Por que botar aquele monstrolho de madrugada?

**R** – É uma oferta de transporte para o usuário, para o cidadão, em todos os horários.

**P** – A gente facilita. Não tem essa necessidade. Estamos jogando dinheiro pela janela. É dinheiro nosso, de todos nós, meu, de vocês e de todo mundo.

Se nós formos ficar debatendo o transporte – a gente conhece um pouco -, vamos debater o sistema inteirinho, e prometo não monopolizar mais.

O Vereador Nomura tem a palavra.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – O senhor Antônio Carlos havia mencionado que vamos fechar a subsídio da tarifa de ônibus, até o final do ano, por 1,7 bi. Gostaria de saber de onde virão esses recursos, os 300 milhões?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS** – A diferença dos 300 milhões tem sido discutido com Sempla, neste momento. Eles estão analisando onde há espaço no orçamento para que nós possamos fazer a suplementação.

**P** – Sim, mas neste mês como será feito o pagamento?

**R** – Perdoe, Vereador.

**P** – Nós estamos com um déficit de 300 milhões. Eu gostaria de saber de onde virão esses recursos. Estão conversando, mas, então, não se pagando o subsídio?

**R** – Não. Estamos pagando. Estamos, absolutamente, em dia. Nós ainda temos um espaço no orçamento deste mês que permite nós cumprirmos com a compensação tarifária. Está absolutamente em dia. Neste momento, está sendo discutido com a Secretaria de

Planejamento a suplementação necessária.

**P** – Existe uma pista de onde vêm esses recursos? Ou não existe nada?

**R** – Não. Ai é com Sempla. A pergunta deveria ser direcionada diretamente a Sempla. Nós não temos essa informação neste momento.

**P** – Presidente, eu gostaria de fazer um requerimento para indagar a Sempla de onde virão esses recursos desses subsídios.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Seria a audiência pública, nober Vereador, ter o objeto principal nosso de debatermos a peça orçamentária. Se restam questionamentos que fogem à alçada da Secretaria de Transportes – e é o caso -, que terão que ofertar recursos orçamentários para suprir a deficiência orçamentária da Transportes, cabe sim mais um requerimento da plenária da Comissão de Finanças. V.Exa. apresenta um requerimento de pedido de informações – entendo que seja de emergência. Pode ser apresentado, inclusive, em cima do projeto de lei de que trata a peça orçamentária, o que pararia a tramitação da peça orçamentária, mas colaboraria com o todo do orçamento da cidade de São Paulo, mas tem que ser votado esse requerimento.

Registramos a presença do Líder do Governo Arselino Tatto.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – E por que se deu essa diferença do subsídio? Porque no orçamento de 2014 estava 1,488 bilhão. Está sendo previsto 1,7. De onde vem essa diferença?

**O SR. ANTÔNIO CARLOS** – Essa diferença, Vereador, veio de um aumento de usuário que tivemos ao longo desse período. Na verdade, de um conjunto de situações.

**P** – Aumento de quantos usuários?

**R** – Eu não tenho com precisão o número aqui, mas podemos encaminhar ao Vereador.

Aumento de usuários, o reajuste que ocorreu...

**P** – De quanto?

**R** – Creio que foi em torno de 6,5% na linha estrutural

**P** – Seis por cento?

**R** – Seis na permissão, mas vamos confirmar esses números com precisão, Vereador.

**P** – O que mais?

**R** – Em função de políticas que também foram implementadas com

**P** – Quais as políticas, por favor?

**R** – Bilhete único mensal, por exemplo.

**P** – Ele está onerando em quanto?

**R** – Então, esses números com separação, nós precisamos trazer com precisão para o Vereador.

**P** – O que mais, por favor?

**R** – O que me vem à mente, no momento, são esses itens, mas é um conjunto de situações.

**P** – Então, esses três itens oneraram em 300 milhões a mais o subsídio dos ônibus.

**R** – Isso. Especialmente, o reajuste, Vereador.

**P** – De 6,5%? Se a gente fizer a conta tem uma diferença muito grande, não é?

**R** – Outra situação de que me lembro neste momento: algumas permissões foram transformadas em empresas. Isso altera, também, a relação de custo.

**P** – Quais são as permissões?

**R** – Essas informações específicas a gente encaminha para o Vereador, com certeza.

**P** – O que mais, o senhor se lembra?

**R** – De que eu me lembro aqui agora.

**P** – Então, vamos ficar aguardando, porque acho que é de fundamental importância nós analisarmos essa questão.

Para o ano que vem, está se pensando em 1,7 bilhão. Nós não vamos incorrer no mesmo erro? Porque aqui já houve uma barbeiragem de 300 milhões. Está previsto 1,4 – menos ainda.

Existe, por exemplo, a previsão do aumento de custos. A começar pelo reajuste salarial. De quanto vai ser o reajuste? Existe uma previsão? Vai ser de 6,5? Vai ser de quanto?

Além disso, temos o preço do aumento do combustível.

Ainda que o senhor esteja trabalhando com essa reformulação estrutural, estamos criando mais custos.

Existe a previsão? Porque para chegar a esse valor de 1,422 foi feita uma planilha. Nessa planilha, o que se identificou como reajuste salarial e aumento do preço de gasolina? Pergunto ao senhor.

**R** – Tem essa previsibilidade, Vereador.

**P** – De quanto, por favor?

**R** – Eu não consigo trazer aqui neste momento. O que acontece é que na SPTrans nós temos uma Diretoria específica que cuida do sistema, que se chama Diretoria de Gestão Econômica do Sistema. Essa Diretoria faz todo esse planejamento. Quando cai na Diretoria Administrativa, nós trabalhamos com esse encaminhamento junto à Sempla, a partir dos números pelos quais são feitas todas essas análises. Mas nós temos o compromisso de encaminhar ao Vereador todo esse planejamento que foi feito em relação a essa rubrica da compensação tarifária para o próximo período.

**P** – Nós, inclusive, temos essa planilha. Eu já pedi, por esta Comissão, é ininteligível. A CPI dos Transportes, realizada nesta ano, também fez a indagação sobre a necessidade de se rever essa planilha de custos. Eu não sei quem entende essa planilha. Existe alguém da Secretaria que entende a fundo essa planilha, que possa esmiuçar essa questão, porque, aqui, o Vereador Milton Leite participou da CPI dos Transportes, cujo relatório final falou da necessidade de mudanças para deixar mais transparente essa questão da



planilha com relação aos custos do transporte na cidade de São Paulo. Existe alguém que possa falar alguma coisa pertinente a isso?

**R** – Perfeitamente, Vereador. É a Diretoria de Gestão Econômica é capaz de detalhar os mínimos pontos.

**P** – Porque essa questão da planilha está acoplada à lei atual que dificulta essas questões.

Para nos aprofundarmos nesses detalhes para fazermos uma avaliação, teremos, exatamente, essa questão.

Agora o senhor estava falando que iria reduzir em 300 milhões. Só que vai reduzir em muito mais porque se a gente levantar os custos do transporte no ano que vem, colocando reajuste salarial, aumento de combustível e outras coisas mais que, sem dúvida, irão onerar muito mais, não sei se nessa redução de 300 milhões quase 400 milhões estão também os aumentos de custo do transporte.

Eu gostaria de ouvi-lo.

**R** – Nesse contexto da previsão está, absolutamente, completa a análise. Considerando-se os aumentos de custos, a reformulação e toda a receita proveniente no âmbito do sistema.

**P** – E no ano que vem não vão precisar para aportar mais recursos com relação ao subsídio?

**R** – Essa é a previsão, Vereador.

**P** – A outra coisa que eu gostaria de saber é a questão dos investimentos previstos em 2015. Serão 148 milhões para investimentos, o que inclui a pintura de faixas e ciclovias.

O senhor poderia elencar onde serão feitos esses investimentos? Onde serão instaladas novas faixas de ônibus e ciclovias?

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Perdão, Vereador. Onde o senhor localizou esse número?

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Esse número está aqui no CT, nesta página. (Pausa)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Vereador Nomura, não é possível conduzirmos uma audiência pública debates privados. É preciso que se compartilhe com as pessoas.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Na realidade, é o seguinte: então, vamos começar pela ciclovia que foi identificada.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Eu peço desculpas, mas, em audiência pública, o público quer saber o que se passa.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Vou mostrar a questão da ciclovia. Depois eu vou localizar as faixas de ônibus.

- Fala fora do microfone.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – A outra questão: para implementação e requalificação dos corredores, o orçamento atualizado é de 1,49 bi, porém, foram liquidados 109 milhões, dos quais 28 mil reais em recursos municipais. Volto a falar: 28 mil reais em recursos municipais.

A proposta orçamentária para requalificação dos corredores é de 1,32 bi, dos quais 522,8 vêm da fonte 02 ou do Governo Federal.

Eu pergunto: nós estamos verificando, pelos jornais, que o Governo Federal terá que fazer um ajuste fiscal violentíssimo para administrar o déficit primário de mais de 20 bilhões em setembro. É o pior resultado nos últimos meses desde 2007.

Pergunto: ao depender tanto dos recursos federais para realizar as suas obras, a Prefeitura não acredita que esse cenário econômico que vem se mostrando irá se concretizar?

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Sr. Vereador, está presente a Dra. Lúcia, Superintendente do Serviço Público Funerário. Ela quer fazer uma manifestação no microfone.

Por favor, vou conceder-lhe a palavra para uma justificativa.

Bom dia. A senhora é sempre bem vinda.

**A SRA. LÚCIA** – Bom dia a todos e a todas, em especial, aos Srs. Vereadores.

Eu gostaria de, aproveitando que vim na Comissão de Política Urbana – sempre

aceito os convites feitos pela Câmara Municipal. Já estive aqui em 14 de janeiro mais sete vezes. Todos os convites que me fizeram eu vim. É um prazer estar aqui -, farei uma justificativa na Comissão de Orçamento, quando foi feito o tema Serviço Funerário, eu estava, realmente, com um compromisso inadiável, mas fui muito bem representada pela catedrática no assunto orçamento, que a Dra. Rute, minha Diretora Administrativa Financeira. Ele fez mestrado na Faculdade de Comércio Álvares Penteado, a tradicional faculdade, sobre esse assunto. Então, é uma entusiasta e está conosco. Essa é uma breve justificativa.

Quero dizer que estou conversando com o Relator porque, de fato, a verba 00, como administro um patrimônio que é da Prefeitura, é muito justo que a Prefeitura nos ajude a reerguer um patrimônio que é dela. Para isso, precisamos da verba 00 do Tesouro um aporte para alguns lugares em que deixaram de investir nos últimos anos, por exemplo, o Crematório, como já foi conversado aqui e me passado perfeitamente, pela Dra. Rute.

O Crematório é um investimento muito interessante para o Município porque está crescendo o número de cremações. Os Municípios, cada vez mais, têm a consciência ambiental que melhor é a cremação.

Então, com isso, temos visto índices sempre crescentes. Podemos fazer o crematório noturno, que seria de muito interesse, porque têm municípios que não gostam de esperar que termine às 18h. Se tivermos um investimento, de aumentarmos o número de fornos... E se tivermos apoio, podemos fazer um crematório e, em vez de só lá na Vila Alpina, poderemos pensar no Campo Grande, na zona Sul. É um investimento pequeno para a Cidade colher um grande benefício.

Então, esse seria um dos assuntos muito importantes que poderia constar do Orçamento. Digo que o Serviço funerário é um grande motorzão: precisa só de um motor de arranque. Um pequeno investimento no motor de arranque põe o motor todo para funcionar.

Essas foram as minhas breves palavras. Queria justificar a minha ausência, mas fui muito bem representada e estou à disposição.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Muito obrigado.

Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Nomura.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Sr. Presidente, estou aguardando resposta.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Vereador Nomura, faça as demais perguntas.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Sr. Presidente, gostaria da resposta, mas gostaria de saber se esse cenário, se esses recursos de 1,493 bilhão não vierem do Governo Federal, qual seria o plano B da Secretaria? Qual a real possibilidade de se implantar esses corredores?

A outra questão diz que para a implantação e requalificação dos terminais de ônibus, a situação também me parece a mesma. A proposta orçamentária para o próximo ano é de 406 milhões, sendo que metade, ou seja, 229 milhões vêm dos recursos federais, e nenhum centavo do Município. Volto a perguntar: qual o plano B da Secretaria se esses recursos não vierem? Os terminais continuarão nesse estado de degradação?

A outra questão diz respeito...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Vereador Nomura, permita-me um aparte.

Não conheço um plano B para 1,4 bilhão!

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Não, eu gostaria de entender. Então, será cancelado?

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Ou o Governo Federal manda... Mas não há plano B para 1,4 bilhão de reais, com todo o respeito! V.Exa. há de convir – e não estou defendendo, nem formulando resposta para a Secretaria, mas suprir um orçamento que tem investimento de 4 bilhões, que já acho uma hipérbole, dizer que tem um plano B para 1,4 bilhão! Não vamos exigir isso de V.Exas., porque seria demais!

Vereador Aurélio Nomura, com todo respeito, essa vamos deixar passar. Não há plano B para 1,4 bilhão! Basta ler a peça. Ou vem esse dinheiro ou não vem e a Cidade ficará sem. Ou renegociamos a dívida. Mas, daí, é se, se, se.

Vamos prosseguir.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – O outro item diz respeito à aposentadoria complementar do SPTrans. A proposta orçamentária, para 2015, é de 34,856 milhões e esse valor vem subindo a cada dia, a cada ano. Quais as medidas que estão sendo tomadas para minimizar esse impacto financeiro?

A outra. Operação e manutenção do sistema municipal de transporte, a dotação é de 445 milhões. Quanto desse valor é destinado à operação e manutenção dos terminais e quanto para implantação e troca dos antigos abrigos de ônibus? Já está concluída a troca do abrigo de ônibus? Se estiver, é bom passar na Avenida Dom Pedro I, onde a Prefeitura implantou uma faixa de ônibus. Ali tem seis pontos de ônibus e nenhum deles tem um abrigo para os usuários. Todos esses pontos vivem super lotados de pessoas, é uma via extremamente importante e a Prefeitura já se preocupou até em pintar a faixa, mas não oferece conforto para os usuários.

A outra questão é a CET. Tentamos, na legislatura passada, convidar o antigo Secretário, que não compareceu. No final, estávamos até querendo, por solicitação da Diretoria de Participação da CET, fazer a colocação da necessidade de um novo concurso. Ao final do Governo, houve uma decisão da diretoria de realizar novos concursos, se não me engano, com 600 novas vagas. Gostaria de saber se o atual Governo tem essa disposição de fazer esse concurso com relação à CET.

Eram essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.

Registro a presença do nobre Vereador Adilson Amadeu.

Os representantes para resposta.

**A SRA. MARIA LÚCIA BEGALLI** – Em relação ao concurso da CET, Vereador, encaminhamos, em janeiro deste ano, uma solicitação de autorização para 500 vagas novas, na CET. Infelizmente, tivemos uma resposta negativa. Agora, em outubro, encaminhamos um novo pedido e estamos aguardando a JOF, que é Junta de Orçamento e Finanças da Prefeitura, autorizar a realização desse concurso.

**O SR. RICARDO NUNES** – Na CET, salários e encargos: 428 milhões. Não há previsão... A senhora teria uma ideia de quanto aumentaria, na folha, esse custo das novas contratações?

**A SRA. MARIA LÚCIA BEGALLI** – Sim. O total de despesas, para 500 novos empregados, é de 21 milhões, entre encargos e salários.

**O SR. DENILSON FERREIRA** – Na sequência, acho que as próximas respostas cabem a mim.

Em relação aos recursos federais, são recursos que foram selecionados pelo Ministério das Cidades, no âmbito do PAC. Então, já há um compromisso. São recursos que já foram anunciados, inclusive, pela Presidência da República. Então, são recursos que constam no Orçamento dessa forma. De fato, não há um plano B.

Em relação a este ano, esses recursos ainda não foram viabilizados, porque, também, o processo de licitação está em fase de ser concluído, desses corredores. Há uma parte que já está em andamento, que são obras de corredores que estão sendo feitas no âmbito da Secretaria de Infraestrutura Urbana, especificamente com a SPObras, que estão acontecendo e que ocorrem, inclusive, com recursos federais.

A respeito da aposentadoria complementar, essa é uma legislação específica que, até um certo período, até 1972, os funcionários da SPTrans tinham direito a uma complementação de aposentadoria compatível com o salário pago para o pessoal da ativa. Isso continua. Enquanto as pessoas estão vivas, a cada reajuste de salário que ocorre na categoria – e vamos nos lembrar que, neste ano, foi 8%, automaticamente é reajustado também para esse grupo de aposentados que estão enquadrados para aquela lei específica de 1972.

Então, objetivamente, o número de beneficiados tem reduzido ano a ano. O valor cresce de acordo com os reajustes que são dados à categoria anualmente, a partir da data-base.

Em relação aos 445 milhões, daquilo que chamamos de conta de gestão da

SPTrans, todo o custeio da SPTrans, a maior parte desse valor é destinados a salários e benefícios dos funcionários da SPTrans, bem como todos os serviços associados à operação do sistema.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Só uma questão: gostaria de ver o valor destinado à operação e manutenção dos terminais e quanto já foi na implantação dos abrigos.

**O SR. DENILSON FERREIRA** – Então, esse seria o último ponto que me cabe, Vereador. Os abrigos, atualmente, estão sob a responsabilidade da SPObras. É uma concessão específica de SPObras, que não existe rubrica, dentro da SPTrans, que atenda a essa ação específica. Então, está dentro de Secretaria de Infraestrutura Urbana, especificamente SPObras.

Desses 445, é difícil fazer essa distinção com especificidade, em razão de que aqueles funcionários da SPTrans, que trabalham na operação do sistema, trabalham tanto em campo, com os corredores e com o funcionamento do sistema como um todo, como também dentro de terminais. Então,...

**P** – Mas eles são remunerados por esses valores?

**R** – São, exatamente. Esses 445, pagam os funcionários da SPTrans, todos eles; pagam as terceirizações, que incluem vigilância, limpeza, não só dos próprios da SPTrans como de todos os terminais. Então, está tudo incluído nesses 445.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Sr. Presidente, acho que são essas as minhas observações.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Passo a palavra ao nobre Vereador, Relator Ricardo Nunes.

Registro a presença do nobre Vereador Jair Tatto.

**O SR. RICARDO NUNES** – Obrigado.

Só para seguir a ordem, repasso a vez para o nobre Vereador Dalton Silvano.

**O SR. DALTON SILVANO** – Rapidamente, a primeira pergunta diz respeito às

multas de trânsito.

Na época da Sra. Marta e do Prefeito anterior, as multas giravam em torno de 200 milhões. Hoje, segundo observamos, as multas de trânsito estão orçadas em 949 milhões. As multas, que vêm de outros municípios, estão orçadas em 309 milhões, e não recebemos nada - e essa foi a pergunta que fiz anteriormente; e multas de outros Estados, estão orçadas em 83 milhões e só efetuamos 8,6 milhões.

Então, pergunto se estamos tendo problema com a arrecadação ou se foi orçado de forma superestimada, a mesma coisa com multas de outros municípios.

Entretanto, temos orçados, aqui no Município, 797 milhões e realizados 612 milhões. Não acredito que até o final do ano possamos realizar os 185 milhões.

A pergunta é a seguinte: na forma do artigo 320, do Código Brasileiro de Trânsito, essas multas têm que ser utilizadas em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito. Sabemos que com o acúmulo de automóveis nas ruas, em cada bairro, em cada esquina, todos querem um semáforo, querem lombada eletrônica, e sabemos que estamos com dificuldades. Normalmente, sequer conseguimos colocar um redutor de velocidade, fazer uma rotatória para coibir a velocidade dos carros.

Então, a pergunta que faço é se existem contratos, se existem programas e ordens de serviço para completar a utilização dessas multas. Aqui, há um saldo de 185 milhões.

Outra pergunta muito simples: tivemos problemas em vários bairros, especialmente na Cidade Tiradentes, onde há lugares escuros. Houve uma redução de trajeto. Tivemos corte de linhas – e isso já vem lá de trás, da época dos perueiros. Então, muitas linhas foram cortadas em todos os governos. Cortaram as linhas para se reduzir o custo, a fim de buscar o equilíbrio econômico-financeiro. Mais redução de trajetos em pontos importantes, onde a população tem mais carência. Citei, aqui, a Cidade Tiradentes, onde reduziram o trajeto para destinar em novo projeto da SPTrans, direcionando os ônibus diretamente para o terminal, só que existem pessoas que andar por dois quilômetros. Então, quero saber se é possível



retornar, porque estamos há um ano atrás desse problema.

A outra questão diz respeito à demora dos ônibus. Estou falando de coisas bem simples, do cotidiano. O ônibus demora para passar e, aí, denunciamos e a SPTrans aplica as multas. A pergunta: é possível nos informar, neste ano, pelo menos, quantas multas foram aplicadas e quantas multas foram recebidas. Então, quero acreditar que a SPTrans faz o trabalho dela – aplica a multa, mas, aí, existem os famosos recursos.

Então, estou perguntando se é possível nos informar e, aí, estou falando de recurso. Na hora em que você aplica a multa, você tem que o recurso no caixa para poder aplicar no sistema viário. Quantas multas foram aplicadas ao todo, em 2013 e 2014, se for possível, e quanto foi arrecadado? Também gostaria de saber qual é o critério para a implantação dos abrigos de ônibus e das lombadas eletrônicas. A CET foi ali, onde eu trabalho, na esquina com a Rua Correia Dias com a Paraíso. Ficou lá, por uma semana, fazendo apontamentos e diz que não precisava colocar semáforo lá. Ali ocorre uma ou duas batidas por semana. Quer dizer, só para a CET ali não há trânsito, fora os atropelamentos. Essa é outra pergunta. Por fim, é a pergunta que não quer calar pela Cidade inteira, quanto à questão das ciclofaixas. Isso já foi conversado. Até parabênizo a CET, que buscou uma conversa, um diálogo. No final, acabou implantando ciclofaixas que não têm serventia. Eu sou do Partido Verde. Defendo as ciclofaixas, em detrimento ao uso do carro, ao transporte individual, mas há ciclofaixas que têm que beneficiar uma grande quantidade de gente, em prejuízo de poucos. Está ocorrendo o contrário, estão prejudicando muita gente, em detrimento de nada. Gostaria de saber se há possibilidade de se mudar o trajeto.

Aliás, eu tenho aqui até uma foto interessante. Eu fiquei três, quatro horas na Rua Robertson, no meu bairro. Essa ciclofaixa vem da Rua da Glória e passa pelo Cambuci. Eu fiquei lá, mas só vi cachorro com o dono passando. Ali virou um “ciclodog”. Na verdade, é uma “faixa dog”, para ser mais claro. Há ciclofaixas que não estão surtindo efeito na cidade de São Paulo. A pergunta também é se nós poderemos fazer mudança de trajeto. Faço uma pergunta

para a CET. A gente tem sempre sido bem atendido pela CET, mas essa é uma pergunta que interessa não só a nossa região, mas a toda cidade de São Paulo.

Nobre Vereador Ricardo Nunes, as perguntas mais agudas vou deixar para V.Exa. Quanto à questão dos ônibus hoje, na cidade de São Paulo, nós precisamos dar uma atenção maior nessas mudanças que estão ocorrendo.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra o nobre Vereador Adilson Amadeu.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Sr. Presidente, vou fazer uma pergunta para a Secretaria. Realmente até em cima do concurso, que poderá haver no CET, há também, no CET, a questão das motos. Haveria vantagem também de 30% de adicional para os funcionários que usam motos no CET?

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Podem escolher quem vai responder as perguntas dos Vereadores Dalton Silvano e Adilson Amadeu.

**A SRA. MARIA LÚCIA BEGALLI** – Iniciando a questão do adicional, já é pago o adicional pela operação, para os funcionários da CET que utilizam motocicletas. Com relação à ciclofaixa, a meta 097 da Prefeitura prevê a implantação de 400 quilômetros de ciclofaixas até o final da gestão. Nós fizemos um compromisso, de realizar esses 400 quilômetros até o final de 2015.

Como eu disse anteriormente, nesse ano, nós estamos fazendo todo o projeto para esses 400 quilômetros, implantando, até dezembro desse ano, 200 quilômetros. No ano que vem, implantaremos mais 200 quilômetros. A previsão desses 400 quilômetros visa, com certeza, a conexão, o atendimento a equipamentos públicos, entre outras prioridades. É evidente que, ao longo da implantação desses 400 quilômetros, alguns espaços poderão ser revistos, alguns projetos poderão ser revistos. A ideia, no momento, é, de fato, fazer uma ocupação desse espaço público para uma nova modalidade de transporte; mas os pedidos de revisão serão todos analisados com certeza.

Com relação a lombadas, existe todo um critério técnico e levantamento para a implantação de lombadas. Nós estamos com um novo contrato, em pleno andamento, e podemos e temos condições de atender às necessidades do município.

Com relação ao orçamento, principalmente do fundo, de fato, no ano passado, fez-se uma previsão, que haveria a implantação dos novos equipamentos de radares com certa antecedência. Nós iniciamos o edital de licitação em março do ano passado, porém o Tribunal de Contas suspendeu essa licitação; e houve uma demora, além daquilo que foi previsto. Os contratos foram assinados em março desse ano, e todos os equipamentos estarão instalados até dezembro de 2014. Então, houve uma diminuição na arrecadação de multas, em razão dessa demora na implantação dos equipamentos. Para o ano que vem, há uma previsão de 948 milhões de reais na arrecadação de multas.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Dentro da minha pergunta, só gostaria de salientar que não tenho o número da lei aqui, uma lei federal, mas os 120 para os profissionais do CET que andam de moto é um adicional de dissídio coletivo. Há sim uma lei federal, que fala de 30%. Eu vou levantar e vou depois poder informações para a senhora, para que me responda por ofício também.

**R** – Pois não.

**P** – Eu entrei no Tribunal de Contas e pedi o adiamento da licitação e do certame, a respeito de câmeras dentro de ônibus. É um contrato pequeno, de 86 milhões de reais.

**R** – Esse edital de licitação (ininteligível) que foi feito pela CET e SMT não é dentro de ônibus. As câmeras serão instaladas. Faz parte de um grande projeto, o CIMU, Central Integrada de Monitoramento Urbano. Nós temos informações de segurança de toda a Cidade.

**P** – Dentro do ônibus?

**R** – Não.

**P** – A suspensão...

**R** – Não é dentro de ônibus.

**P** – Nas vias?

**R** – Isso. (fora do microfone)

**P** – E o contrato é de 86 milhões de reais?

**R** – O valor estimado foi esse. É uma ata de registro de preço.

**P** – Muito bem. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Concluído, tem a palavra o Vereador Ricardo Nunes, relator. Vou me ausentar um pouquinho, um minuto.

**O SR. RICARDO NUNES** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nós temos, em todas as audiências públicas, levantado algumas questões. Farei algumas. Se os senhores não tiverem agora resposta, podem mandar por escrito, para que eu, na qualidade de relator, elaborar. O objetivo é tentar entender um pouco o processo. Esse orçamento, em particular, está bastante apertado dentro do que a gente imagina. Aviso a todos que a gente vai fazer várias alterações, e, evidentemente, alguma dúvida que tenhamos com relação à peça orçamentária, se for respondido e justificado, não há o porquê se mexer; mas se não for justificado, os senhores estão me dando autonomia para alterar.

Como eu falei com a S-Urb, Anhembi e todas as outras, com relação à folha de pagamento, principalmente quanto aos cargos de confiança, a pergunta é a seguinte: Dentro do que eu vou passar agora, desse cenário, os senhores acham que é possível a gente tentar enxugar alguma coisa ou não? Por exemplo, quanto a cargos de confiança na SPTrans, há 277 pessoas, totalizando 2.353.918 reais por mês. Isso dá uma média de 8.497 reais. Com relação aos cargos de carreira da SPTrans, há um total de 6.549.000 reais. São 1.600 pessoas numa média de 4.093. No caso da CET, junto confiança e de carreira, há 246 funcionários, num total de 2.638.502 reais mensais. Isso dá uma média salarial de 10.725 reais. A pergunta é: O que a gente pode mudar e abaixar? Em tudo que eu tenho falado, falam que têm que aumentar. De qualquer forma, na qualidade de relator, fica essa questão.

Eu tenho uma dúvida com relação ao que o Vereador Aurélio Nomura falou

bastante aqui, sobre a questão dos corredores, da modalidade do sistema de transportes. Por exemplo, na SPTrans, há 24 milhões de reais. O que seriam esses 24 milhões de reais dentro do que os senhores chamam de modernização do sistema de transporte? A fonte de recurso 00 a que temos tido mais dificuldades.

Outra questão é com relação ao Serviço Atende, de transporte de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. No Atende, havia um orçamento de 2014 no valor de 58 milhões de reais, e agora a proposta é de ser elevado para 71 milhões de reais, com um aumento de 23%. Isso dá uma diferença de 13 milhões de reais. Também é uma fonte de recurso 00. Quanto a esse aumento de 13 milhões, os senhores poderiam passar para esta comissão, para informar se vai aumentar o número de atendimento ou se é por conta de algum ajuste de contrato. O que justifica o aumento de 13 milhões de reais quanto a essa questão?

Com relação à compensação tarifária, isso já foi bem abordado pelos demais Vereadores. Os senhores vão nos encaminhar o que gerou esse aumento de 300 milhões de reais no subsídio em 2014.

Outra questão também é da fonte recurso 00. Quanto à manutenção do sistema de informação e comunicação, o contrato com a Prodam, em 2014, estavam previstos 300 mil reais e agora a proposta para 2015 é de 2,2 milhões de reais, um aumento de 636%. É uma questão de manutenção, não é compra de *softwares*. É manutenção do sistema de informação e comunicação. A minha pergunta é se nós podemos manter os 300 mil reais, já definidos em 2014. Eu gostaria de saber se a gente poderia deixar essa questão desse aumento para 2,2 milhões de reais para frente.

Com relação à implantação e requalificação de terminais de ônibus urbanos, estão previstos 6,75 milhões de reais. Quanto à implantação e requalificação de corredores, há 23,249 milhões. Esse dinheiro é da fonte 07. É loteria se vai entrar ou não. Eu precisava ter um detalhamento do que seriam os 24 milhões de reais da fonte 00, que está como código 37-04, modernização do sistema de transportes.

**NÃO IDENTIFICADO** – Nobre Vereador, em relação à SPTrans, os cargos de confiança é uma resposta das outras empresas também. No caso da SPTrans, quanto aos cargos de confiança, uma parte muito significativa é ocupada inclusive por funcionários de carreira. Isso é bastante significativo. Não há muita margem aí para mexer. Para ser preciso, não há margem. Esses 24 milhões de reais que estão previstos com fonte 00 é uma modernização do sistema de bilhetagem eletrônica, que está previsto já há um bom tempo. Nós conseguimos finalmente realizar a nova licitação, que vai envolver toda uma reestruturação e modernização desse sistema de bilhetagem.

Nós enfrentamos, no início do ano, vários problemas, em função de sistemas antigos, sistemas que não funcionavam muito bem. Então, vai ser reformulado todo o Data Center e todo o sistema de controle da bilhetagem eletrônica. Esses 24 milhões de reais são basicamente o investimento nesse novo sistema.

**P** – É compra de *softwares*, de equipamento?

**R** – Exatamente, banco de dados, enfim, toda a modernização da estrutura de bilhetagem eletrônica.

**P** – A SPTrans e a CET não usam a Prodam? Os senhores têm contrato com uma empresa privada?

**R** – Não, há uma parte que é via Prodam, esse sistema das multas, na CET. Na CET, uma parte é Prodam. Esse sistema não. Esse sistema antigo funcionava a partir de uma contratação da UOLDIVEO que já venceu há algum tempo. É uma licitação de muito tempo atrás, que estávamos tentando realizar. Ela foi concluída. Reduziu-se o preço, e agora há investimentos em novos equipamentos. Os equipamentos que havia lá eram muito antigos, arcaicos e sempre davam problemas. Aquele sistema é o que controla toda a bilhetagem eletrônica.

**P** – Os senhores são antigos de CET, de Secretaria Municipal de Transportes e SPTrans ou recentes agora?

**R** – Eu sou dessa Administração.

**P** – A senhora já é antiga?

- Manifestações fora do microfone.

**P** – Em uma oportunidade, a CET e a SPTrans fizeram consultas para a Prodam e acabaram conseguindo uma autorização para não contratar a Prodam e fazer direto com uma empresa privada, com um custo bem reduzido. A senhora se lembra disso?

- Manifestações fora do microfone.

**P** – Não? Pode continuar.

**R** – Eu creio que seja sistema de bilhetagem. Quanto aos 300 milhões de reais, é aquela discussão que nós fizemos aqui, de um conjunto de políticas públicas que foram implementadas nesse ano. Lembrei-me de mais um item aqui, as gratuidades. Houve uma ampliação, por exemplo, na questão da idade dos 65 anos para 60 anos, com um novo decreto. Isso teve um impacto significativo na compensação tarifária.

Nobre Vereador, quanto à última pergunta é em relação ao Atende, V.Exa. poderia repetir, por gentileza?

**P** – Pois não. Com relação ao Atende, havia uma previsão de 58 milhões de reais para 2014, e agora a proposta para 2015 é de 71 milhões de reais, um aumento de 23%; e a diferença do valor é de 13 milhões de reais. O que justificaria o aumento de 13 milhões de reais? É o aumento do atendimento?

**R** – É o aumento do atendimento. Para o novo decreto do Sr. Prefeito, durante esse ano, houve o atendimento via táxi. Na verdade, dá maior eficiência ao sistema. Há as vans, que fazem o atendimento daquelas viagens que são periódicas, cotidianas, para pessoas que vão às escolas todos os dias, para pessoas que fazem atividades periódicas. Para aquelas atividades esporádicas, por exemplo, para alguém que vai a um médico, é muito mais barato contratar-se o sistema de táxi. Além disso, o serviço está sendo ampliado. Então, consegue-se ter um atendimento maior, com um credenciamento grande durante esse ano, para esse

atendimento via táxi. Esse serviço já teve início nesse final de ano. Ele já começou.

**P** – Esse aumento de 13 milhões de reais é por conta da contratação de táxi?

**R** – Exatamente.

**P** – É bastante gente?

**R** – É bastante gente. Ampliou-se significativamente o atendimento.

**P** – Outra questão. Eu estou vendo que os senhores têm... Quanto à manutenção eu já falei. Há aqui alguns detalhes de algumas obras. Por exemplo, eu percebi aqui, com relação à implantação e requalificação de corredores, na Belmira Marin, no trecho 2, há verba de 6.261.000 milhões de reais. Isso já foi inaugurado. Será que está errado?

Porque acho que falta o trecho três, os trechos um e dois já foram da Belmira Marim, a implantação do corredor, requalificação do corredor. Porque esse trecho Canal Kokaia de dez quilômetros ainda vai começar.

Outra coisa é que aqui também você tem o trecho Norte-Sul, um bilhão e 203 milhões. Será feito então o trecho Norte-Sul?

Nós votamos aqui no ano passado a lei do alinhamento, então, necessariamente para fazer as obras dos corredores terá de ter as desapropriações, tanto é que votamos aqui a nova lei de alinhamentos. Não vi previsto em nenhum lugar, nem em Siurb, ou aqui no transporte nenhum valor previsto para desapropriações que necessariamente é necessário para ter os corredores. Onde vamos ter a previsão para as desapropriações para a implantação dos corredores? Até o Vereador Jair Tatto que é da região está reafirmando que o trecho dois já foi inaugurado, deve ser o trecho três, que acho que a extensão é maior que 3,9.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – As perguntas que suscitarem dúvidas e que não sejam de interesse orçamentário vocês podem encaminhar por escrito para o relator, se não vamos demandar tempo para suscitar dúvidas que o relator pode dirimir dúvidas no decorrer do processo.

**O SR. RICARDO NUNES** – Também está nesta Casa para votarmos a questão dos



terminais via PPP, então, percebi que na peça orçamentária temos terminal Aricanduva, a Baronesa, Jardim Miriam, Concórdia, Vila Mara, São Miguel, Jardim Aeroporto, Terminal São Mateus, terminal Jardim Eliana, terminal Santana. Esses terminais serão feitos via PPP? Uma dúvida técnica, não haveria possibilidade de fazer esses terminais que são previstos através de PPP? Tiraria um gasto enorme dos cofres.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Vereador, tem um projeto de lei que trata disso na Casa e que está para votar.

**O SR. RICARDO NUNES** – Porque que uma parte estamos com recurso do Tesouro se nós estamos (palavras ininteligíveis) fazer PPP. Só para entender o porque das duas modalidades. Por exemplo, aqui tem para fazer o Miguel Lunes, que necessariamente para fazer tem de ter o Terminal Pedreira, que não tem, tem o lunes. Só para poder entender essas questões. Vai ter um terminal Baronesa perto da sua casa.

**O SR.**\_\_\_\_\_ - Tem uma resposta técnica que se vincula diretamente com o processo de licitação. No processo de licitação esses eixos de transporte estão sendo licitados em blocos e estão previstos os outros terminais. Então, na licitação, você tem de ter a previsibilidade orçamentária dos recursos na medida em que a gente consiga votar a lei de concessão desses terminais nós poderemos fazer alterações na lei orçamentária também, liberando esses recursos desses terminais.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Há estudos de viabilidade econômica para PPP destes terminais? Vocês tem um planejamento de viabilidade econômica que permita a PPP neles?

**O SR.**\_\_\_\_\_ - Estamos em fase de conclusão desse estudo de impacto de viabilidade econômica desses terminais.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Por que nós indagamos isso? Essa Casa tem a intenção de votar essa lei, mas quer conhecer antes a viabilidade econômica. Vamos dizer que dos 29, dez sejam viáveis, dez muito bons, e dez médios. Tem alguns que não adianta,

não haverá, mas no pacote como um todo pode ser. É essa a viabilidade? É isso que esta Casa deseja saber antes de votar um terminal. Ela pode votar a permissão para PPP para terminais, mas é preciso conhecer a viabilidade econômica dele. Vamos colocar algo que lançamos para empresa privada que vira um problema e a Câmara Municipal não quer votar um problema para São Paulo e sim soluções. Sem conhecer o estudo de viabilidade técnica econômica e o período dessa parceria assim como nós estamos fazendo na iluminação pública a comissão entendeu que merecia uma subcomissão para avaliar a iluminação pública porque é um investimento muito pesado e que tem impacto grande na cidade. Eu não voto hoje porque não conheço a viabilidade econômica. Vai fazer um terminal que vai virar um ponto de droga lá, um ponto de tráfico, vira uma bagunça. Nós queremos saber: tem viabilidade? Vai ficar bonito? Vai ficar limpo? Vai ter papel higiênico? Vão ter sanitários estruturados? Vão funcionar? Desses 29 temos informações de que pelos menos dez não são, mas no contexto geral um compensaria o outro? É isso que essa casa quer saber antes de votar.

**O SR. RICARDO NUNES** – Temos na questão da manutenção do sistema de comunicação e informação, mas agora do Fundo Municipal do Desenvolvimento do Trânsito trinta milhões previstos para 2015. Então é tentar entender esse valor todo, 2171.

Com relação ao aumento de capital da CET, está aumentando 186 mil por cento para um milhão 864. Se vocês puderem nos informar da necessidade de aumento de capital da CET, lembrando que é com a fonte 08. Por consideração ao Dr. Roberto Porto, Secretário de Segurança Urbana, que aqui já se encontra, se vocês disponibilizariam alguém da parte técnica para podermos conversar tecnicamente sobre a peça orçamentária. O detalhamento de cada um a gente pode depois conversar.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Vereador Paulo Fiorilo, eu tenho oito inscritos que desejam formular questões. Já está aqui a lista.

**O SR. PAULO FIORILO** – Sr. Presidente, isso é uma audiência pública, deveríamos estar ouvindo o público. Vou abrir mão das minhas duas perguntas para ouvir o

público. Estou abrindo mão da minha fala para o senhor começar a ouvir o público.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

**O SR. FÁBIO SIQUEIRA** – Bom dia a todos e todas. As perguntas são de extrema relevância, mas antes é importante ler o que diz a Lei Orgânica do Município de forma muito clara. A lei Orçamentária anual, esse projeto que estamos debatendo aqui hoje, identificará individualizando os projetos e atividades segundo a sua localização, dimensão, características principais e custos e no dia 24/07/14, pág. 115, o Tribunal de Contas do Município disse o seguinte da Secretaria de Transportes: “As despesas com gerenciamento da São Paulo Transportes montaram por sua vez 425 milhões de reais em 2013 referidos ao pagamento de serviços de planejamento, gerenciamento e fiscalização do sistema. A exemplo do ocorrido em 2012, na gestão passada, os auditores do TCM destacaram as circunstâncias de que a SPTrans subsidiar indiretamente o sistema, assumindo algumas de suas despesas e não se ressarcindo dos valores correspondentes por meio da dotação mencionada. No entender dos órgãos técnicos, os pagamentos das despesas com recursos outros que não provenientes da dotação compensação tarifárias extracomentada (bilionária) impede que seja aferido o real montante de subsídio conferido o sistema de transporte coletivo implicando falta de transparência na execução orçamentária. A parte contrariar dispositivo do parágrafo quarto do artigo 27 da lei municipal 13.241/2001.”

Realmente fica provado que a Secretaria de Transportes não é transparente com seu Orçamento bilionário. Além disso, não é possível, viola a história orçamentária do Estado de São Paulo existir a rubrica 3750, implantação e requalificação de terminais de ônibus urbanos, e pelo visto não vai sair no ano que vem nenhum, não colocar quais os terminais que serão executados. Não colocar no anexo da Peça. Isso é muito fácil, tem de colocar na rubrica orçamentária e com rubrica própria para cada terminal.

É uma total falta de transparência dessa gestão Fernando Haddad no sentido de esconder os reais valores. No ano que vem vai ser feito o remanejamento e você não sabe se

foi o de Itaquera, do Jardim Britânia, etc é um absurdo esconder da população esse desvirtuamento orçamentário na questão dos terminais e corredores de ônibus.

Na questão da verba do Programa Atende, em 2013, foram disponibilizadas 1486 Vans para o Atende, gostaria de saber quantos Atendes estão até o momento em novembro de 2014 e também saber a quantos quilômetros de corredores foram entregues em 2014 pela São Paulo/Trans, pois em 2013 não foi entregue nenhum quilômetro de corredor em São Paulo e terminal a gente sabe que há anos a Cidade está sem terminal de ônibus, outra coisa lamentável e absurda para a cidade de São Paulo.

Também gostaria de registrar a péssima qualidade do transporte em Parelheiros e também a questão dos terminais Perus/Anhanguera e também a questão dos abrigos. É inaceitável a Secretaria de Transportes passar para outra Secretaria a questão dos corredores porque a população continua tomando chuva sem o abrigo, sem o corredor. Só em áreas nobres são feitos esses corredores da nova licitação.

**O SR. CARLOS HENRIQUE** – Bom dia a todos. São duas perguntas simples: primeiro o bilhete único muito bonito e antigamente o usuário pagava 12 reais pelo bilhete e não tinha nenhum custo, hoje pagamos 18 reais e três reais pelo bilhete. Não deu o aumento de 20 centavos, mas tirou da população para você pagar para ter o bilhete único. Só para ficar registrado.

Outra coisa é a questão da informação do usuário. Por exemplo, eu trabalho aqui na zona Sul e diminuiu a quantidade de ônibus. Quando o Vereador Milton Leite fala sobre a questão dos articulados na madrugada, o senhor tem razão, só tem quatro ou cinco pessoas dentro do ônibus e isso dá um custo muito grande. Eu pego o ônibus e chego em casa duas horas da manhã, eu pego o articulado Santana e eles chega com quatro ou cinco pessoas no terminal, realmente, são poucas pessoas e tem de resolver, é um custo grande para os munícipes.

Outra questão é a questão da informação ao usuário. A São Paulo/Trans está

fazendo uma mudança de questão de transporte de parada de ônibus e o usuário não fica sabendo. Eu pego ônibus há anos aqui, aí muda a parada e não tem informação de quais são os ônibus e os usuários ficam perdidos. Eu fiquei uma semana perdido e os próprios motoristas ficaram perdidos também porque o próprio motorista disse que o usuário não está tendo a informação. Ou seja, não há um meio de comunicação para o usuário saber o que mudou. Toda hora no Parque Dom Pedro tem uma mudança de ônibus e não ficamos sabendo, o usuário não tem essa informação. Não são passadas essas informações.

Há também a questão da Segurança Pública, quando mudou o terminal de Cidade Tiradentes, quando vamos para o terminal a gente perde tempo porque há pessoas que moram na proximidade do terminal e tem de ir a pé e há falta de segurança porque mudou o transporte. Antigamente eu podia pegar o ônibus da Cidade Tiradentes que passava em determinado local, hoje não, tem de parar no terminal, perder tempo, pegar outro ônibus, passar mais tempo para poder fazer, antigamente era mais fácil. Não sei por que houve isso e não houve uma consulta pública.

**O SR. DALTON SILVANO** – Só para complementar o que o rapaz falou que é verdade e são graves prejuízos, tem gente que anda dois a três quilômetros para poder pegar o ônibus ali na Cidade Tiradentes.

**O SR. LEANDRO CAMARGO** – Bom dia a todos. Sou diretor de representação da CET e, antes de falar, vou fazer uma pequena correção ao Vereador Nomura: não é “Diretoria de Participação” é “Diretoria de Representação”, inclusive, uma lei sancionada nesta Casa em 1990.

A minha fala é sobre a situação gritante de falta de recursos na CET.

Hoje a CET não está mais sangrando, pois o sangue já acabou faz tempo. Precisamos de recursos humanos com urgência, pois a situação é caótica. Para que os senhores tenham uma ideia, existem funcionários da CET trabalhando há cinco finais de semana seguidos, em regime de hora extra. E quando o nosso relator perguntou à nossa

diretora administrativa, que deu a resposta correta, qual o custo de se fazer concurso para 500 funcionários, para 500 pessoas, que é de 21 milhões, eu diria que esse custo é zero, porque o que se gasta com hora extra na CET daria para pagar esses 500 funcionários. Hoje o Relator mesmo disse que o custo para cargos de nomeação é de 10 mil reais por mês, e a CET não é capaz de contratar funcionários a 1.600 reais. Hoje, um operador da CET, o famoso marrozinho... uma interferência na via, em uma faixa de rolamento, dez minutos, causam 10 km de lentidão. A CET deixa de atender por falta de recursos humanos 300 ocorrências por dia. Quero perguntar a todos: o que vamos falar em janeiro, na época das chuvas? Tomara que chova, né? E tomara que chova bastante. E aí vão quebrar os semáforos. Empresa

Sabe quantas equipes a CET tem para consertar semáforo? Três. Três equipes de duas pessoas por turno, totalizando seis pessoas. Cada equipe trabalha em dupla. A equipe de terceirizada trabalhava com seis equipes. Não foi aditado o contrato, e a terceirizada não quis renovar, porque eles também não têm recursos humanos. E a CET tem *know how*, tem capacidade de treinar, e não contrato. E as três grandes equipes de duas pessoas ficam fazendo mágica na cidade.

Peço, encarecidamente à liderança do Governo, e corrigindo mais uma vez o Vereador Nomura, que a diretoria anterior de representação, como a gestão da Prefeitura anterior, tinha realmente um concurso liberado, e foi inoperante e incompetente de se realizar esse concurso. Espero que esta gestão da Prefeitura não caia no mesmo erro, porque esta diretoria vai pressionar.

Peço a todos que encarecidamente pressionem para o concurso público. Ao senhor, Fiorilo, que é uma pessoa que eu respeito muito e que sabe do apreço que os funcionários da CET tem por vocês.

Obrigado a todos. (Palmas)

**O SR. ADILSON AMADEU** – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Para uma questão de ordem, Vereador

Adilson Amadeu?

**O SR. ADILSON AMADEU** – Dentro da fala do Sr. Leandro, esse relato pode estar sendo gravado, mas acho que, com muita tranquilidade, que o senhor pudesse colocar todos os detalhes, incluindo também uma observação. Que eu tenho a informação que se virar um caminhão hoje em qualquer Marginal Pinheiros ou Tietê, no início da Anhanguera, nós não temos guinchos de capacidade para retirar um caminhão. É preciso alugar as empresas. Toda a sua fala, muito correta, e mais detalhes que os senhores têm, grandiosos detalhes, deveriam ser passados para todos os 55 Vereadores. É muito importante, porque estamos escutando de quem está no dia a dia e vem há muitos anos no CET.

**O SR. LEANDRO CAMARGO** – Ok. Agradeço. Será feito, Vereador. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Maria Luiza, por favor.

**A SRA. MARIA LUIZA** – Bom dia à Mesa, bom dia a todos.

Sou a Maria Luiza, conselheira de administração, eleita pelos empregados da CET. E gostaria de colocar para o Vereador Adilson Amadeu que eu já estive presente na primeira audiência geral do Orçamento, e o Vereador Milton Leite também colocou naquela oportunidade que deveríamos apresentar por escrito as nossas reivindicações.

Só para esclarecer que já deixamos protocolados aqui na Secretaria o abaixo-assinado contendo mais de duas mil assinaturas dos empregados, e contamos com a Comissão de Finanças e Orçamento neste pleito. Esgotamos, em primeiro lugar, o fórum, o pleito, no governo, e nesse sentido adentramos a Câmara, pela Liderança, o Vereador Paulo Fiorilo nos recebeu, e hoje estamos presentes com esse intuito de formalizar ao plenário da Câmara, através da Comissão de Finanças, as nossas reivindicações. Por isso que estamos solicitando uma agenda com o presidente para que possamos trazer um arrazoado de tudo que o Leandro colocou, e muitas outras coisas mais, porque a CET sofre há de anos de absolutamente nada acontecer para que a empresa seja recuperada na medida da sua importância para a mobilidade na cidade de São Paulo. A mobilidade, que é um fato de crise

urbana dos grandes centros, como sempre dizemos, é terrível, porque afeta todos. E não é por outro motivo que o Governo Federal vem investindo na mobilidade urbana nos grandes centros do Brasil, como anunciado em São Paulo, que tivemos a oportunidade de acompanhar a Presidente informando. Portanto, nós somos, da CET, os agentes dessa mobilidade nesta cidade de tremenda importância da América Latina. Então nós queremos enfatizar e pedir o apoio do legislativo nesse nosso pleito. Por favor, presidente, nos receba, para que conversemos um pouco mais, pela mobilidade da cidade de São Paulo.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Colabora muito haver um diálogo comigo, mas, principalmente, com o Relator.

**A SRA. MARIA LUIZA** – Com toda a Comissão, se for possível.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Sim, não tem problema nenhum. Estou à disposição.

**O SR. RICARDO NUNES** – Hoje, na CET, tem 4.360 funcionários.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – É uma pergunta ou é uma afirmação?

**O SR. RICARDO NUNES** – É uma afirmação. A minha pergunta é a seguinte: esse número é insuficiente?

**O SR. LEANDRO CAMARGO** - Hoje a CET, só para o senhor ter uma ideia, Sr. Relator, a Cidade do México tem 4.500 agentes de trânsito. Segundo orientação do Denatran, se você dividir o número de veículos por número de agentes da CET, a CET hoje teria que ter 6 mil agentes de trânsito – só agentes de trânsito, fora sinalização, administrativo e educação. Hoje tem por volta de 1.500 operadores, mais conhecidos como marronzinhos, em torno de 1.600, divididos...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Isso não é um debate, mas cabe uma formulação minha de dimensionamento. O que que é? Dar a dimensão àquilo que se faz. Se as fiscalizações eletrônicas estão aumentando numa programação geométrica, multiplicando a



cada dia, ela vem exercendo de material humano, de gente. Qual é o estudo que se tem dessa inversão de curva? Na medida em que eu tenho vários equipamentos eletrônicos, os agentes de trânsito não teriam essas falhas supridas por isso? Eles estão lá para orientar ou só para ficar com o bloquinho na mão, principalmente os marrozinhos? Agentes de orientação é uma coisa, marronzinho com talão de multa é outra, e a eletrônica já está fazendo bem essa parte hoje, bastante, aliás – de corredor, de vias proibidas, infrações gerais de trânsito, que estão sendo supridas. E quanto às outras funções? É para isso que vocês clamam? Qual é a função específica que vocês estão dizendo que tem esse déficit todo? E uma dúvida: na sua visão, você está afirmando que demanda mais.

**O SR. LEANDRO CAMARGO** – Muito mais.

**P** – Na inversão de curva, os eletrônicos, qual é o papel deles? Quando sobe a forma eletrônica de fiscalização, não desce material humano?

**R** – Vamos deixar uma coisa bem clara: o que menos o marronzinho faz é autuar. Vamos primeira corrigir a palavra “multa” por “autuação”. O que menos o marrozinho faz é autuar. Cerca de 93% dos motoristas de veículos cometem infração e não são autuados. Antes de o marronzinho atuar, ele faz o monitoramento do trânsito, ele faz a remoção de interferências, ele faz a educação de trânsito, faz o projeto de manutenção de sinalização vertical, o projeto de manutenção de sinalização horizontal, acompanhamento de eventos, conforme lei sancionada por esta Casa. Hoje, se você pegar o que o operador faz, a fiscalização dele está em quinto, sexto lugar.

**P** – Obrigado.

**R** – Então o aumento de radares não quer dizer nada.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Pois não, Vereador Adilson. Vou encerrar o debate, pois há mais inscritos. Pois não.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Só para fazer uma comparação com a Cidade do

México: o México está na nossa frente em 20 anos, porque a Cidade do México, além do sistema semafórico inteligente, tirou os carros irregulares da rua. Hoje, na cidade de São Paulo, temos 7,5 milhões de veículos, sendo que 2,3 milhões não pagam nada há seis anos. Tem que haver até um projeto do estado com o município para poder tirar também aqueles que não pagam há seis anos, há cinco anos, há quatro anos. E aí, logicamente, a educação de trânsito, que tem que ser mesmo implantada para valer, já é o que o marronzinho faz, porque hoje 90, 89 ou 96% das infrações é realmente por radares, por tudo que foi colocado de fiscalização. A CET está sucateada há anos. Ela foi o cartão postal do mundo e hoje está sucateada. Então realmente tem que fazer algo diferente com as pessoas que conhecem de trânsito e transporte. Eu estou vendo aqui pessoas que já há muito tempo trabalham artesanalmente para fazer o melhor na cidade de São Paulo. Muitos. Não quero citar nomes porque estou vendo especialistas em trânsito que conhecem demais, inclusive uma pessoa queria da região da Mooca está aqui. Não quero identificar para não falarem que eu estou falando de um ou de outro.

**O SR. ISAÍAS** – Meu nome é Isaias, da CET.

No início da gestão, retirávamos uma interferência na via em três minutos. De acordo com os últimos dados que temos hoje, nós demoramos, pela falta de recursos, 13 minutos para retirar uma interferência na via. Então está aí justificada a presença dos operadores, porque somente 10% das nossas atividades correspondem à fiscalização, e todo o restante se refere a outros trabalhos. E aí volto a 28/03/12, quando o candidato Haddad, em entrevista ao canal R7, disse que a CET estava sucateada, e que ele tinha informação que tínhamos somente 400 operadores por turno. Aí vem a grande pergunta: hoje, temos menos que isso. Aí eu pergunto à Secretaria: o que mudou de lá para cá? Naquele momento, de quando era candidato, dizia que 400 operadores por turno era um número pequeno; hoje há um número menor do que isso, e a Cidade cresceu e as atividades também, nessas questões dos corredores e demais trabalhos pelos quais a CET é responsável na cidade de São Paulo.

**O SR. LAERTE BRASIL** – Eu sou presidente da União Global Seguro dos Trabalhadores e Empreendedores Sustentáveis do Brasil, que é a UGETSB.

Primeiramente, quero cumprimentar os Vereadores da Mesa, as autoridades e demais pessoas reunidas neste auditório, além dos internautas, que estão reunidos para debater o futuro das políticas públicas e de mobilidade urbana do PL 467, que vai financiar as políticas públicas. Mas vou pontuar, na Meta 98... e inclusive parabenizar o Secretário Municipal de Transportes, porque nos dois anos em que ele está à frente da Secretaria, de acordo com os cálculos matemáticos e históricos que fizemos, correspondem a 22 anos da administração anterior. Só de ônibus, ele pegou uma frota de 13 mil ônibus sucateados, com mais de 15 anos de uso, e 98% dela não tinha pisos rebaixos, e já temos 45% de ônibus novos, inclusive 150 km de corredores que estão implantadas, que deu uma velocidade imensa aos usuários do transporte público da cidade de São Paulo. Só para se ter uma ideia, os usuários que moram no Residencial Cocaia demorariam cerca de quatro horas por dia para chegar ao local de trabalho, correspondendo a quase 30 dias de trabalho perdido por ano, ou seja, quase um mês de trabalho. E hoje eles podem fazer em uma hora e meia. Mas vou focar na Meta 98 – Remodernização da rede semaforizada da cidade de São Paulo.

Fizemos uma pesquisa: no Brasil morreu cerca de 38 mil cidadãos em acidentes automobilísticos no país. E 65% deveu-se à imprudência e alta velocidade no transporte. Cerca de 3.850 foram mortos na madrugada, por drogas e álcool, que supera até Israel, no ano de 2013, na Faixa de Gaza, onde morreram cerca de 1.850 pessoas em razão da guerra entre aqueles dois países.

Um cidadão da faixa etária de 18 a 50 anos que pratica alguma atividade física anda em média 4 km por hora na cidade de São Paulo. E nessa mesma faixa etária, os cidadãos que não praticam atividade física andam a 3 km por hora. E de 51 a 65 anos, ele anda cerca de 2,5 km praticando algumas atividades físicas; e os que não praticam andam a 2 km por hora. E 1.200 cidadãos que foram mortos na cidade de São Paulo, em 2013, por

acidente de trânsito, de cada dez, seis são pessoas idosas.

A pesquisa que fizemos indica a implantação de um sistema de mobilidade digital avançada aqui na cidade de São Paulo. A Secretaria poderia fazer um grande estudo com base nesses dados que estamos fornecendo, e a velocidade do idoso já seria embutido no Bilhete Único, para que ele possa acessar a via que ele vai atravessar, e o sistema avançado de sinal daria mais 5 a 10 segundos para ele trafegar. Mas eu vi aqui que nessa Meta (Ininteligível) milhões. E para implantar um sistema desse aqui na cidade de São Paulo, seria necessário um bilhão. A cidade de Curitiba já implanta esse sistema, que apresentamos na Conferência...

**P** – Eu estou fazendo insistentes apelos, pois o senhor já fala por sete minutos.

**R** – Eu já estou concluindo.

Em Curitiba, diminuiu 80% dos acidentes de trânsito.

**P** – Laerte, se falarmos sete minutos, iremos embora meia-noite.

**R** – Calminha, calminha.

**P** – Desculpa. É que se todo mundo falar sete minutos... Eu tenho uma lista...

**O SR. LAERTE BRASIL** – Então, para concluir, parabenizando também o Secretário das (ininteligível), eu encerro aqui. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Obrigado. Maria do Socorro e Leda das Graças.

**A SRA. MARIA DO SOCORRO** – Bom dia a todos. Estão com fome? Eu estou. Bom dia à Mesa. Não vou falar nome de ninguém. Bom dia a vocês. Sou Maria do Socorro, sou da região Leste, Itaquera. É tanta coisa que me desagrada. Eu participo do Consórcio (ininteligível) Cidade E. Carvalho. O que eu vi aqui... Desculpe a minha franqueza, tenho pavio curto. Nada da informação que foi dada aqui, eu não fui contemplada em nada.

Outra: SPTtrans, CET... porque ele fala de Tiradentes, eu sou moradora de Tiradentes, sou cidadã, e atuo em Itaquera. O trabalho é bonito, mas infelizmente, enquanto a

direção, pessoas competentes, pessoas que amam o que fazem não saírem do seu pedestal para acompanhar o que está acontecendo, as coisas não vão melhorar.

Eu sou idosa. A gente vê o pouco caso, a falta de respeito, a falta de preparação dos funcionários, e os cargos de confiança que veem a gente como número. Sou funcionária pública aposentada. Estou falando com conhecimento. No dia que vocês olharem com carinho o que vocês fazem, vocês vão enxergar um ser humano lá no fundão que está com esperança, olhando para vocês, para ver se vocês respeitam e fazem alguma coisa pelos menos favorecidos.

No ônibus, o que está havendo de tragédia, muita, e vai haver pior... são as peruas, que agora estão trabalhando sem cobrador. Muitos ônibus têm motorista bom, tem profissionais capazes, tem profissionais que amam o que fazem. Mas também tem cada tranqueira que é bom vocês educarem. Não são maus funcionários, são mal administrados. Sabem a que horas eu saio de casa? Às 4h da manhã. Sou voluntária, sou aposentada, com orgulho, funcionária pública, e eu sou atuante. A perua está um caos, gente. Muitas vezes os motoristas estão bem, trabalhando direito, chega uma abençoada de uma mulher bonitinha, minissaia, fica colando atrás dele...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Concluindo.

**A SRA. MARIA DO SOCORRO** – O que eu estou falando é isso, é olhar com carinho, porque tem funcionário bom e tem pessoas boas, mas temos que ver que ninguém agrada ninguém e, para ajudar, eu faço parte do conselho do orçamento participativo. Fui eleita, votada, não indicada. Nosso sonho é associação beneficente. Outra: eu vou por duas anotações, não sei quem vai olhar, mas eu solicito com carinho que vocês olhem. O que nós necessitamos mesmo é a GCM para a periferia.

Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Leda, por favor.

**A SRA. LEDA DAS GRAÇAS** – Bom dia. Sou Leda das Graças, sou professora de

segundo grau. Gostaria de pedir à administração mais fiscalização nos ônibus. Eu fico mais de uma hora no ponto do ônibus para ir trabalhar, chego no serviço atrasada e não tem uma fiscalização. A gente não pode esperar o motorista fazer hora de almoço, porque mais de uma hora no ponto é muito para a minha cabeça. Ligo para o 165 para reclamar, melhora um pouco, depois volta tudo.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Em que região a senhora mora?

**A SRA. LEDA DAS GRAÇAS** – Na Liberdade.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Para onde a senhora pega ônibus?

**A SRA. LEDA DAS GRAÇAS** – Para a Paulista.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – A senhora está reclamando uma eventual inflação de partida, que é cobrada contratualmente das empresas de Ônibus. Então, para que eles tomem nota e tomem as providências, têm que saber de onde para onde. De onde a senhora pega e para onde a senhora vai, que está ficando motorista... a partida está demorando uma hora? Por favor, D. Leda, para ajudar a gente.

**A SRA. LEDA DAS GRAÇAS** – Eu pego ônibus na Paulista, o Largo da Pólvora.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Que linha é, D. Leda? A senhora lembra o número da linha?

**A SRA. LEDA DAS GRAÇAS** – Setecentos e quinze M-10.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Assim ajudou, eles podem cobrar as partidas. Cabe a fiscalização e à SPTtrans cobrar e multar as empresas que operam essa linha, que tem um horário de partidas que deve ser obedecido, um cronograma de partida. Eles já anotaram. A senhora pode concluir.

**A SRA. LEDA DAS GRAÇAS** – Eu vou concluir com outra linha de ônibus, a noventa e cinco... nove... Esqueci o número da linha, aí eu concluo porque esqueci o número da linha. Demora muito. Eu não pago ônibus, porque sou idosa e estou cansada de andar a pé porque não tem ônibus.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra, Dalton Silvano.

**O SR. DALTON SILVANO** – É que eu fiz uma pergunta exatamente porque esse fato, como eu citei, ocorre em vários bairros, em várias regiões, aí a gente recebe a informação de que a empresa foi autuada. Mas nós não sabemos se ela foi autuada, porque depois continua. Então eu quero saber quantas autuações teve e qual é a receita das multas, porque se pelo menos resolver alguma coisa... Daqui a multa não vale nada, vale mais a pena economizar...

- Fala fora do microfone.

**O SR. DALTON SILVANO** - Falou da Cidade Tiradentes. Ali no Setor G é uma vergonha, a pessoa tem que andar às 4h da manhã, no escuro. Foi a mexida que a SPTrans deu lá. Vereador Jair Tatto, que tem uma representação grande, também pode ajudar nisso.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Então o Denilson e o Antonio Carlos, a equipe toda, para as respostas. Anotaram as partidas, evidentemente, e multas. É importante a manifestação do Dalton Silvano. Se V.Sas. têm aqui o número de multas e partidas. As respostas que ficarem em aberto, V.Sas. podem... para fazermos o encerramento... para as respostas que não foram dadas à população, por favor.

**O SR.** - Gostaria de cumprimentar todos que fizeram uso da palavra.

A respeito especificamente da quantidade de multas e valores aplicados, o número que nós levantamos com a operação neste momento, em 2013 foram aplicadas aproximadamente 157 mil multas; até agosto de 2014, o número fechado até o momento, foram aplicadas aproximadamente 100 mil multas. O valor total dessas multas, em 2013, correspondeu a aproximadamente 82 milhões; dessa quantidade de multas aplicadas até agosto, 37 milhões.

Não há hipótese de a empresa não pagar multa, porque é descontado da

remuneração, é descontado dos pagamentos, então não há essa hipótese que foi levantada aqui anteriormente.

Resgatando um pouco as questões que dizem respeito diretamente à SPTrans, o Fábio Siqueira levantou uma discussão que existe no Tribunal de Contas do Município, uma discussão antiga, a respeito da forma de contabilização daquilo que é compensação tarifária, ou seja, o subsídio aplicado ao sistema, e aquilo que é pago à SPTrans.

Não é o fato de não haver transparência. A transparência é total. O TCM audita os contratos, audita a execução dos contratos; cada um dos contratos que temos lá, de vigilância de terminais, de limpeza de terminais, de apoio ao gerenciamento de terminais é acompanhado individualmente pelos auditores do Tribunal de Contas do Município. A discussão que existe é a respeito do formato de contabilização. A legislação orçamentária hoje coloca a compensação tarifária, numa rubrica(*sic*) específica. E a compensação tarifária diz exclusivamente a respeito da remuneração paga pelo transporte em si.

Outra pergunta que o Fábio faz é a respeito de como os terminais estão colocados no orçamento. A proposta apresentada traz dentro dela, não apenas como anexo, o detalhamento das ações, então tem cada um dos terminais colocado lá. Inclusive uma pergunta feita pelo Vereador Ricardo Nunes nós temos que responder exatamente, tanto para corredores quanto para terminais, quais são os, de fato, que estão colocados para essa proposta que está sendo discutida neste momento.

Outra pergunta: o número de vans atuando hoje no Atende. Hoje nós temos, neste momento, 369 vans operando. Já entraram nesse novo sistema de táxis 35 unidades; está previsto chegar a 89 unidades até dezembro de 2014.

Os abrigos, também uma pergunta do Fábio, tem uma legislação que deu o gerenciamento da concessão dos abrigos à SPObras, e isso se mantém e ocorre dessa forma. Mas na medida em que se trata de um serviço direto ao usuário de transporte, desde o início do Governo o Secretário Jilmar Tatto tem mantido uma relação absolutamente estreita com



SPObras no sentido de minimizar todos os problemas que têm surgido em relação a essa situação de substituição dos abrigos e colocação de novos abrigos. Foi criado um grupo de trabalho que é composto por pessoas das duas Secretarias e da SPObras para discutir isso permanentemente. Então todas as reclamações, todos os problemas que surgem são tratados e buscada solução para essa questão dos abrigos.

O Carlos fala de várias questões e especificamente do bilhete único em relação à cobrança do cartão. É fato, o cartão não era cobrado até então, ele passou a ser cobrado. Existe um motivo bastante objetivo para isso. Os cartões das pessoas que se cadastram no sistema, aquela pessoa que vai lá, preenche o cadastro no *site*, tudo direitinho, esse cartão é enviado gratuitamente para a pessoa em casa, não é cobrado. O cartão que está sendo cobrado é aquele que era distribuído nas bilheterias do metrô, nas lotéricas, etc.

O que acontecia, gerando uma ineficiência tremenda no sistema? A pessoa esquece o cartão em casa, como é de graça, vai lá e pega outro, vai lá e pega outro, vai lá e pega outro, vai lá e pega outro. Então nós tínhamos uma quantidade de produção de cartões exorbitante. Quando era um cartão mais simples, com a tecnologia mais simples, era um valor bem menor. Na medida em que nós implantamos o sistema do bilhete único mensal e semanal, que tem uma tecnologia mais sofisticada, o cartão tinha capacidade de 1k, agora passa a ter de 4k, passou a ser, portanto, uma tecnologia um pouco mais cara.

Nós temos que ter uma medida de que as pessoas utilizem aquele cartão que ela tem. Foi colocada como valor para esse cartão uma tarifa de ônibus, então ele compra lá como uma carga específica e é reservada ao custo do cartão o valor de uma tarifa de ônibus. Mas para a pessoa que se cadastra no sistema o primeiro cartão é absolutamente gratuito; a não ser que ela perca o cartão, aí virá a pagar.

Esse que era distribuído abundantemente nas bilheterias do metrô e nas lojinhas de venda da rede Ponto Certo e outras redes que abastecem o mercado, nas lotéricas, se a pessoa quiser vai ter que pagar, então me parece bastante racional que seja dessa forma.

Tem uma série de situações em relação a número de ônibus, informação ao usuário, segurança pública. Todo esse conjunto de melhoria do sistema de transporte na cidade de São Paulo tem sido amplamente discutido neste governo dentro da lógica do novo modelo que será implantado, inclusive com os novos corredores. Os novos corredores preveem cobrança desembarcada, preveem que os corredores tenham ultrapassagem, que tenham iluminação, que tenham um serviço de tecnologia que venham a prover o usuário com a melhor informação possível, na medida em que essa cobrança desembarcada tem uma estaçãozinha de transferência com um painel que tem a informação em tempo real de todos os ônibus, das partidas.

Embutida nesse contexto, a resposta fundamental a essa pergunta, que é aquilo que nós chamamos de operação controlada. O que é operação controlada? A SPTrans dá ordem de partida para cada ônibus e acompanha ponto a ponto o andamento desse veículo que está circulando e atendendo aos usuários. Na medida em que tem maior concentração em determinado momento, você pode dar ordem para outro ônibus ir direto para lá, e assim vai otimizando e ganhando cada vez mais em eficiência e qualidade o atendimento ao usuário.

As questão do Leandro são mais relacionadas à CET, assim como as da Maria Luiza, vou deixar para a Maria Lúcia responder.

A Maria do Socorro falou da Cidade Tiradentes, de Itaquera. Ali é uma região em que houve uma grande intervenção de operação nos últimos anos, melhorando significativamente aquela região. Não quero dizer com isso que esteja ótima, que esteja bem. Não está. Aquela região tem um olhar específico do Secretário para que cada dia melhore mais. Todos os indicadores de qualidade que são medidos ali pela SPTrans melhoraram substancialmente nos últimos meses, e a ideia é evoluir cada vez mais em relação a isso, seja na fiscalização, seja nas partidas.

Tem uma pergunta que trata dos corredores que estão sendo implementados e quantos mais serão. Já está em fase de finalização o Corredor Inajar, que sai da zona Norte e

vem até o centro de São Paulo. O Radial está em início de obra, já está instalado o canteiro de obras. O Guarapiranga já está em obra, reforma total do Corredor Guarapiranga, chegando até lá o final, quase na divisa da cidade. O Ponte Baixa já tem um bom trecho entregue e continua em obra para ser finalizado.

Em relação aos terminais, tem o Terminal Pinheiros, que é uma obra do governo anterior, mas que foi implementada efetivamente nesta administração. O antigo Terminal Itaquera foi ampliado significativamente e melhorado o atendimento ali na região.

É isso.

- Fala fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Concluindo, por favor. Temos mais duas audiências públicas, eu preciso...

**O SR. DALTON SILVANO** – Pela ordem, Sr. Presidente, só para fazer uma observação, porque como informa que tem 157 mil multas em 3013, dividi por 12, são 13 mil multas por mês. Vale dizer que as empresas, por mês, não estão cumprindo as partidas 13 mil vezes por mês. Para mim não parece pouco. E aí arrecadamos 37 milhões de multa contra um subsídio de 1,7 bilhão. Achei aqui - se não errei na conta - 2%. A assessoria calculou. Ou seja, é um bom negócio, porque recebe multa, somando tudo paga 35 milhões e recebe 1,7 bilhão em prejuízo 13 mil vezes.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Para concluir, Vereador.

**O SR. DALTON SILVANO** – Sim senhor, Presidente, mas é uma coisa grave. Assim como V.Exa. levantou que acha exagerado o número de 13 mil autuações por mês. São 13 mil pessoas por mês ligando e cobrando os Srs. Vereadores. A verdade tem de ser dita, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Vereador, auxílio V.Exa. dizendo que a natureza da multa não são todas de partida. São de naturezas diversas. E o número teria de ser esclarecido – não tenho exato -, mas não são 13 mil.

**O SR. DALTON SILVANO** – Pode ser de partida, de chegada, mas são muitas. Não queria corrigir, Sr. Presidente. São muitas. Principalmente na Cidade Tiradentes em que as pessoas, de madrugada, andam dois quilômetros para pegar o ônibus. A coisa é séria. O corredor melhorou, mas as pessoas estão andando dois quilômetros de madrugada.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Já estamos há três horas nesta audiência pública e precisamos concluir.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Presidente, até com muito carinho com a população e também com um funcionário da Casa que fez uma pergunta, e acho que a Sra. Maria Lúcia poderia responder. No cartão do vale transporte fica um resíduo guardado e parece que a Ticket está administrando isso.

O usuário tem direito ao retorno dessa verba que foi reservada na administração?

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – O Vereador Adilson indaga se os resíduos que sobram em cartões perdidos são restituídos ao usuário ou fica nas compensações tarifárias?

Essa é a pergunta bem objetiva.

**R** – Todo valor que o usuário tem em crédito, ele tem garantido esse crédito. É isso.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Não foi essa a pergunta. Quando ele não resgata esse valor, que transporta de um ano para o seguinte. Por exemplo, no final do ano o usuário tem R\$ 50,00 de crédito num cartão que foi para o ano seguinte. Orçamentariamente não está mais nesse exercício, o que se faz com esse dinheiro?

O resíduo de 2014 que será exercido em 2015, reverte em compensação tarifária ou para o usuário e de que maneira. Essa é a pergunta.

**R** – Compensação tarifária.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Agradeço então aos representantes, Antonio Carlos, Maria Lúcia, Denilson e Flávio.

Dou por encerrada a audiência pública da Secretaria de Transportes, CET e

SPTTrans.

Agradeço a presença do Vereador Ricardo Teixeira e convido previamente o nosso Secretário Porto, da Secretaria de Segurança Urbana, para que tome assento a esta Mesa.

Vou suspender a sessão por dois minutos, mas antes passo a presidência ao Vereador Ricardo Nunes.

- Suspensa, a reunião é reaberta sob a presidência do Sr. Ricardo Nunes.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Convido os Vereadores Dalton Silvano, Jair Tatto e Paulo Fiorilo para tomarem assento à Mesa, para iniciarmos a audiência pública da Secretaria Municipal de Segurança Urbana.

Agradeço a presença do Secretário Roberto Porto e sua equipe, Dr. Barreto e Dr. Leandro.

Tem a palavra o Dr. Roberto Porto para sua explanação.

**O SR. ROBERTO PORTO** – Boa tarde a todos, saúdo meu querido amigo, Presidente da Mesa, Vereador e Relator da Comissão, Ricardo Nunes; nosso querido Vereador Paulo Fiorilo, companheiro da Guarda Civil Metropolitana; nosso querido Vereador Aurélio Nomura; meu querido amigo e colega, Secretário Ricardo Teixeira e equipe da Secretaria de Coordenação de Subprefeituras, parceiros da Segurança Urbana e da Guarda Civil Metropolitana; agradeço a presença do Dr. Barreto, secretário Adjunto; Dr. Leandro da Coordenadoria de Administração e Finanças e Sr. Augusto, Presidente do Sindguardas, companheiro diário da Secretaria de Segurança Urbana e da Guarda Civil Metropolitana, na pessoa de quem saúdo a presença de todos, em especial, os integrantes da Guarda Civil Metropolitana que se encontram neste plenário.

A situação da Segurança Urbana é um pouco diferente das demais secretarias que estiveram aqui hoje, até porque no nosso orçamento a folha de pagamento corresponde a 84% do montante destinado à Segurança Urbana.

A estrutura da Segurança Urbana é composta pelo Gabinete, Corregedoria,

Ouvidoria e Centro de Formação, que estão divididos em três prédios, 874 funcionários e o custeio dessa estrutura representa 1% do proposto na peça orçamentária.

A Guarda Civil Metropolitana possui 5.529 funcionários, está dividida em 47 unidades que integram cinco comandos regionais e 45 inspetorias. O custo orçado para a Guarda Civil Metropolitana representa 5,89% do total pleiteado.

Temos ainda, afeta à Secretaria, a Supervisão da Junta de Serviço Militar, com 171 servidores e um custo orçado de 506 mil, que representa 0,10% do total orçado.

Para a execução do orçamento de 2014, tínhamos um valor orçado de 350 milhões. Desses 350 tivemos congelados 13 milhões e 862 mil. O restante dos 40 milhões disponíveis, a folha de pagamento e mais auxílios consumiram 296 milhões, 422 mil. E dos 40,6 milhões disponíveis, 38 milhões já foram executados. Os 2,5 milhões que sobraram serão executados ainda até o final do ano.

---

Adotando uma política que firmamos o compromisso aqui, na mesma audiência, no ano passado, em destinar o dinheiro que resta da folha de pagamento para a pessoa, a figura do Guarda Civil Metropolitano, em 2014 destinamos 1,3 milhão para uniformes; viaturas, em especial viaturas ambientais, porque em 2013 já havíamos trocado todas as viaturas da frota da Guarda, restando só as viaturas da Guarda Ambiental.

Conseguimos concluir uma licitação e até o final do mês estaremos recebendo 30 viaturas. O custo anterior era de 7,2 mil por *pick up*, por viatura. Conseguimos um novo contrato a um custo de 4,7 mil, uma economia que representa 900 mil reais por ano, o que vai propiciar aumentarmos a frota de 30 para 37 viaturas.

Ainda compramos 400 revólveres a um custo de 899 mil e 400 algemas a um custo de 46 mil reais. Há sempre aquela discussão por que revólver 38, não é um equipamento defasado? Essa é uma questão que foi discutida e debatida com o Comando da Guarda, com o Sindguardas e confesso que não me senti à vontade para definir qual o melhor armamento a ser adquirido e optou-se pelo maior número de revólveres 38, para daí sim, num segundo

momento passarmos a adquirir pistolas 380, que ninguém tem dúvida de que são as mais adequadas para a Guarda dos dias de hoje.

Outro déficit que tínhamos nas inspetorias diz respeito aos armários. Adquirimos 1.869 unidades a um custo de 155 mil. Estamos em fase de término de licitação de mais 2.880 armários a um custo de 244 mil reais, oriundos de emenda parlamentar.

Ainda gastamos em material de limpeza 141 mil reais. Tivemos também, através de emenda parlamentar 410 mil, que foram destinados à reforma de inspetorias. Estamos recebendo esse material que vai propiciar a reforma de todas as inspetorias da Guarda que estão caindo aos pedaços.

Tivemos também a estruturação das 31 casas de mediação, que tem uma importância muito grande para a população. Recebemos recentemente até um prêmio da ONU por causa da mediação que é realizada pela Guarda Civil Metropolitana. Então foram destinados para essa estruturação 280 mil reais.

Também se comprou 4.909 coletes balísticos a um custo de 2,3 milhões. Fizemos também nova licitação para o seguro de vida a um custo de 310 mil reais, que irá entrar em vigor em fevereiro de 2015.

Há uma preocupação muito grande também, até pela demanda, em relação à Banda da Guarda Civil Metropolitana que é muito querida. Estamos em fase de licitação de novos instrumentos a um custo de 56 mil reais, lembrando que no ano passado já havíamos adquirido 22 mil reais em instrumentos musicais.

Uma questão também da atividade delegada, que é sempre um tema muito cobrado. Neste ano foram executados, através da operação delegada, 75 milhões, 177 mil reais e há uma previsão para execução de mais 23 milhões até o término do ano, num total de 98 milhões.

Temos hoje, na operação delegada, 1.376 policiais por dia, a um custo médio de 6 milhões e 203 mil reais, por mês.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Secretário, o custo por mês da operação delegada?

**R** – É um custo médio porque é uma atividade que depende da inscrição, mas um custo médio de 6 milhões e 203 mil reais. Esse custo só não é maior porque não temos conseguido número de inscritos suficiente para a atividade delegada. Temos orçamento suficiente para aumentar esse número, mas não estamos conseguindo atingir a meta que esperávamos por falta de inscrição da Polícia Militar.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Dr. Porto, então hoje o senhor tem um custo de 6 milhões e 200 mil por mês, para quantos policiais?

**R** – Para 1.376 policiais, em média, por dia.

**O SR. PAULO FIORILO** – Só para complementar até para ajudar, nesse valor vocês estão prevendo a nova modalidade da Guarda Civil ou não?

**R** – Não. É um custo separado, para 2015, de 28 milhões só para atividade complementar.

**O SR. PAULO FIORILO** – 28 milhões para 2015 para a Guarda?

**R** – Para a Guarda.

**O SR. PAULO FIORILO** – E para a Polícia Militar?

**R** – 75 milhões, que foi gasto até o momento com atividade delegada.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Mas está no seu orçamento com a Polícia Militar?

**R** – Está.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Mas Secretário, aqui tem 50 milhões da fonte 07. Isso aqui pode ser que não entre.

**R** – Nós temos 50 milhões e outros 25,564 milhões.

**O SR. PAULO FIORILO** – Da fonte 00.

**R** – Da fonte 00.



**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Da fonte 00 o senhor vai ter.

**R** – Mas como é uma atividade que depende da inscrição, uma atividade voluntária, e temos tido dificuldade mês a mês de preencher as vagas por parte da Polícia Militar, optou-se por deixar esses 50 milhões pendentes com a segurança de que eles vão ser utilizados na medida em que surgirem inscritos.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Mas Secretário, o que está na peça do senhor é a operação delegada que será realizada com a Guarda Civil Metropolitana?

**R** – As duas. Temos 28 milhões...

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – As duas?

**R** – As duas.

**O SR. PAULO FIORILO** – Mas nos 75 não estão os 28 milhões, estão?

**R** – Não.

**O SR. PAULO FIORILO** – Qual é a rubrica que estão os 28 milhões da Guarda, você tem aí?

**R** – É a mesma da folha de pagamento. Está dentro dos 324 milhões, para 2015, da folha de pagamento.

**O SR. PAULO FIORILO** – Da administração da unidade, 340, 500, ou não?

**R** – A folha de pagamento, o total dá 397, mas a folha de pagamento 324.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Não, Secretário. De folha de pagamento o senhor tinha, em 2014, 248 milhões e para 2015 está 267 milhões.

Tem a palavra o Vereador Aurélio Nomura.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Preliminarmente quero cumprimentar o nosso Secretário, Dr. Roberto Porto e dizer que estávamos acompanhando a operação delegada que constava no orçamento da Coordenação das Subprefeituras.

**R** – Isso.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – No orçamento deste ano estavam previstos 110

milhões e foram gastos, até setembro de 2014, 46 milhões, 691 mil e 900 reais.

Para este ano estávamos vendo que a operação delegada, ações integradas de Segurança Pública, operação delegada, convênio Secretaria de Segurança Pública, foi colocada dentro da Secretaria de Segurança Urbana.

**R** – Isso.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – E tem uma previsão de 75 milhões, 564 mil reais. Os 50 milhões referem-se ao código fonte 07, que ainda está sub judice, porque são recursos oriundos ainda de uma decisão e acho muito difícil serem levantados esses recursos no próximo ano. Então acho muito difícil haver esse julgamento do IPTU no próximo ano e serem liberados esses recursos do aumento que está sub judice.

Lembro-me, por exemplo, quando a Prefeita Erundina implantou o IPTU progressivo, essa demanda demorou mais de 10 anos, foi até o Supremo. E nesse caso, parece uma coisa parecida porque é uma ação de declaração de inconstitucionalidade que vai depender de uma decisão, quem sabe, do Supremo Tribunal.

No ano passado, o Prefeito Haddad esteve no Superior Tribunal de Justiça, entrou com liminar, que foi indeferida. Foi para o Supremo Tribunal e também não conseguiu a liminar junto ao Presidente do Supremo.

Então acredito que da decisão do Tribunal de Justiça ainda caberão recursos ao Superior Tribunal de Justiça. E posteriormente ao Supremo Tribunal Federal, tendo em vista a natureza jurídica da questão que tem esse cunho de julgar a constitucionalidade ou não. Acho que verificando isso aqui, na disponibilidade dos recursos municipais, temos apenas 25 milhões e 500. É pouca a quantia, se compararmos ao que foi gasto neste ano, o equivalente a 46 e 500, arredondando, até setembro.

Não sei, mas o senhor pode dizer, quem sabe até dezembro poderíamos chegar a 50, acrescentando o

**R** – Pelo menos, 75, que já foi gasto.

**P** – Então, vamos chegar a 53 milhões.

**O SR. RICARDO NUNES** – Só fazendo um parêntese no que o Nomura falou: essa aqui é a Operação Delegada que já tem com a Polícia Militar hoje.

Nós temos uma nova operação Delegada que irá ocorrer...

**O SR. ROBERTO PORTO** – Que já estão nas ruas, oriunda de uma votação aqui, da atividade complementar.

**P** – que já estão?

**R** – Nós temos orçamento para o não que vem de 28 milhões, o que corresponde a 700 Guardas por dia nas ruas.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Parece-me, então, que a Operação Delegada, *interna corporis*, vai predominar nessa ação da Operação Delegada, quer dizer, está havendo a redução da parceria com a Polícia Militar e uma maior participação da Guarda Civil Metropolitana.

**O SR. ROBERTO PORTO** – Vereador, na prática, o que acabou acontecendo: a Polícia Militar criou uma atividade complementar dela também. E o grande número de inscrições tem ido para a atividade complementar dela e não, para a Operação Delegada, por uma questão de logística interna, o valor é o mesmo. Nós não temos conseguido, ainda que tenhamos orçamento, gastar o dinheiro com a Operação Delegada.

Estamos com aditamento do nosso contrato, que está na mesa do Secretário de Segurança Pública, para vermos se ele assina, para conseguirmos um esforço nestes últimos meses do ano, por questão de segurança, principalmente, no centro da Cidade. Queremos aumentar o número de inscritos. Temos verbas para isso, mas há uma tendência, que tem acontecido mês a mês, de diminuição do número de inscritos.

Pensando nisso, o Prefeito encaminhou o projeto que já foi votado, e já estão nas ruas os Guardas da atividade complementar. Estamos no primeiro mês dessa atividade complementar o número ainda é baixo. Temos uma média de 300 Guardas a mais por dia na

Cidade.

Esse número é baixo porque é natural que o Guarda não largue o seu bico no primeiro mês de trabalho sem a certeza de que é uma realidade e de que vão receber e de que a atividade complementar veio para ficar.

Tenho a certeza de que isso ficará comprovado ao final do mês, e o número de inscritos vai dobrar. Nós temos orçamento de 28 milhões só para a atividade complementar, o que garante 700 Guardas por dia.

**O SR. PAULO FIORILO** – Secretário, o senhor falou nos 28 milhões e disse que estavam no pessoal, é isso?

**O SR. ROBERTO PORTO** – Exato.

**P** – Só para a gente poder trabalhar com o mesmo número. Qual o valor que vocês têm para essa dotação? O valor total.

**R** – Trezentos e vinte e quatro milhões.

**P** – Os 324 estão em que dotação? Na administração da unidade?

**R** – Exatamente.

**P** – Temos aqui na administração da unidade 340. Trezentos e vinte e quatro são para a folha?

**R** – É folha.

**P** – Então, a diferença é o que fica para a administração da unidade?

**R** – Exato.

**P** – Está bom. Muito obrigado.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** - A outra questão, Secretário: na proposta orçamentária de 2015 estão previstos 470 milhões, sendo 117 milhões destinados a serviços de terceiros e contratação de pessoa jurídica.

Gostaria, se possível, que o senhor esclarecesse que tipo de serviços estão sendo contratados.

Para o investimento, pelo que estou vendo, a proposta é de apenas 1 milhão e 900 mil. Pergunto: é suficiente para equipar a tropa?

Outra questão: eu acho que o valor é extremamente baixo porque, salvo melhor juízo, ele inclui compra de equipamentos para incorporação, como arma, munições, compra de viaturas, veículos especiais para unidades móveis, mas, principalmente, tendo em vista o reforço e a ampliação da Operação Delegada junto à Guarda Civil Metropolitana, é muito pequeno frente ao tamanho e ao crescimento das ações da Guarda Civil Metropolitana.

Gostaria de ouvir V.Exa.

**O SR. ROBERTO PORTO** – Pois não, Vereador.

Primeiro, com relação aos contratos e serviços, a Secretaria tem 529 milhões para as concessionárias: Sabesp, Eletropaulo, Telefônica; 636 mil para locação de prédio da Secretaria no valor de 53 mil por mês; 480 mil prédio da Corregedoria no valor de 40 mil por mês; 548 mil impressão departamental; 60 mil parcerias, oficinas, cursos e palestras; 100 mil para pequenos reparos e manutenções; nos contratos da Guarda temos 1 milhão 562 mil para concessionárias Sabesp, Eletropaulo, Telefônica; 5 milhões 367 mil para manutenção das 100 câmeras, sendo 1 milhão 440 mil destinados aos links; 3 milhões 927 mil para as câmeras; ainda em relação à Guarda: 262 mil para seguro de vida; 2 milhões 549 mil para cartão de combustível para abastecimento das viaturas; 5 milhões 278 mil para locação de 189 viaturas; 1 milhão 692 mil para locação de 30 novas viaturas para Guarda Ambiental – há uma preocupação muito grande de nossa parte para reforçar essa Guarda -; 1 milhão e 900 mil para um contrato de limpeza predial, que antes atingia 7 unidades da Guarda e agora atinge 28 unidades; 1 milhão e 300 mil para manutenção das câmeras do programa Crack, é possível vencer; 160 mil para instalação de para-raios da Guarda. Esses são os contratos.

Em relação ao que os senhor dizia da falta de valores, nós temos um convênio com o Senasp, já empenhado, no valor total de 7 milhões 997 mil reais, sendo que há um repasse federal que corresponde a 92%, e a contrapartida nossa corresponde a 0,8% para

equipamentos de informática: 3 milhões 442 mil. Com esse valor, vamos trocar todos os computadores da Guarda Civil Metropolitana.

Também temos a estruturação do Gabinete de Gestão Integrada; 698 mil para uma ferramenta de controle de uso e ocupação do solo, controle de invasões, principalmente, nas áreas de proteção ambiental. Com isso, teremos um avanço muito grande nesse sentido.

Temos 35 mil para estruturação do canil da Guarda.

Aquisição de uniformes 2 milhões 174 mil e aquisição de 32 novas viaturas 1 milhão 582 mil. Tenho a certeza de que, com essas viaturas mais as 37 da Ambiental, que estamos locando, o contrato já está fechado, receberemos até o final do mês, vamos poder atender as regiões mais distantes do centro. Como bem disse a dona Maria do Socorro, a Guarda precisa estar nos bairros mais distantes.

**P** – Volto a falar: a preocupação que a gente tem, se formos ver, em nível de investimento, tem 2 milhões 450 na fonte 02. Verificamos que neste ano tínhamos 6 milhões 340 mil oriundos do Governo Federal e, até setembro, não chegou.

Acho extremamente importante o fortalecimento da Guarda Civil Metropolitana, mas fico preocupado porque, se formos analisar, neste ano, existia a previsão de Governo Federal aportar na Prefeitura de São Paulo mais de 6 bilhões e só chegou 211 milhões, me passa uma sensação de que, muito embora, precisamos fortalecer e concordo com a ampliação que V.Exa. acaba de mencionar, mas fico temeroso porque uma grande parcela ou um terço dos investimentos está prevista com recursos do Governo Federal.

Existe um plano B? Se não vier esse recurso, vai vir um aporte da própria Prefeitura através dos cofres municipais?

**R** – Vereador, concordo com o senhor. É uma preocupação nossa, muito embora esse dinheiro já esteja empenhado, até hoje, não foi depositado. Para as questões básicas, sim, como por exemplo, uniformes. Quando assumimos a Guarda tínhamos mais de 80 Guardas que não podiam estar nas ruas porque não tinham um uniforme. Conseguimos sanar

essas questões em 2014. Todos os Guardas receberam um jogo de uniformes e o pessoal da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas ficaram por último. No começo de 2015, receberão o segundo jogo. Parece loucura falarmos nisso, em uniformes e burziguim, como uma realização, mas o fato é que não tínhamos isso.

A frota estava sucateada e, até o termino do mês, conseguiremos trocar toda frota, inclusive, da Ambiental. Estamos criando a Superintendência Ambiental, e o Vereador Ricardo Nunes participa desse processo e sabe o quanto ela será importante na contenção das invasões, em especial, nas áreas de proteção.

Então, para o básico, temos, sim.

Agora, há uma sinalização do Ministério da Justiça no sentido de que esse dinheiro será depositado até o final do ano, e estamos contando com ele, mas temos condições de suprir o básico.

**P** – O que a gente tem visto é que a Administração Pública, não estou falando desta administração, vem substituindo a Guarda Civil Metropolitana pela segurança privada. Isso é um disparate, quando nós temos que estimular, enaltecer e ampliar as ações da Guarda Civil Metropolitana que, originalmente, foi criada para isso: guardar o patrimônio municipal, mas vemos o contrário.

Se formos analisar o orçamento deste ano, vemos que todas as empresas e Secretarias estão contratando e têm verbas polpudas que poderiam fortalecer a Guarda Civil Metropolitana. Existe uma proposta nesse sentido de, gradualmente, substituir essa segurança privada no Município de São Paulo?

**R** – O senhor tocou num ponto importante. Mais do que disparate, como bem colocou, é uma improbidade, um desvio de finalidade, passível até de ação civil pública, porque compete à Guarda o resguardo dos próprios municipais, e nós temos hoje 6 mil Guardas em atuação, mas temos em torno de 7.500 seguranças privados a um custo maior do que um Guarda Civil Metropolitano.

Então, óbvio que não conseguiremos reverter esse quadro do dia para a noite. O Prefeito, logo no primeiro mês de sua gestão, determinou abertura de concurso público para 2 mil novos Guardas. Terminamos a formação dos primeiros 500. Já pedimos autorização de Sempla e estamos contando que esses 500 ingressem no Centro de Formação ainda neste ano. Há uma previsão no orçamento para a formação dos últimos 1 mil no ano que vem.

O Prefeito já sinalizou para a abertura de um novo concurso, justamente para inverter aquela situação. Mas, enquanto isso não acontece, vamos recorrendo à atividade complementar que vai, segundo a nossa expectativa, colocar 700 Guardas a mais nas ruas no ano que vem.

**P** – Agradeço a V.Exa.

Devolvo a palavra à Presidência.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Tem a palavra o Vereador Dalton Silvano.

**O SR. DALTON SILVANO** – Quero, mais uma vez, cumprimentar o Secretário Roberto Porto, com quem tive a oportunidade de participar de um grande evento nesta Casa, em 2000, quando aprendi bastante com ele, à época, Promotor de Justiça. Também quero cumprimentar os funcionários da Secretaria, em especial, os da Guarda Civil Metropolitana, que sempre é reconhecida por esta Casa.

Em todos os projetos de leis que são enviados a esta Casa sobre a Guarda Civil Metropolitana os Vereadores se prontificam para aprovarem.

Portanto, o maior desgaste, Secretário, é de V.Exa. que tem que convencer o Prefeito a aumentar a verba no orçamento da Guarda Civil.

Tenho poucas perguntas a fazer, o Vereador Aurélio Nomura já fez algumas colocações, e o Relator também fará, mas entendo que essa questão de se aumentar o número de Guardas, de treinar e dar maiores condições, com todos os equipamentos de que a Guarda precisa, é de extrema importância.

A pergunta que quero fazer até porque o Secretário, se pudesse deixar os



investimentos – acabei anotando rapidamente – com viaturas, Guarda Ambiental etc. e números.

Se analisarmos a última votação para Deputado Estadual, vemos que o povo votou em alguns temas: os animais; o consumidor e, principalmente, o da segurança. Conversei com o Coronel Telhada, que disse: “Eu não esperava essa minha votação”.

Então, em todos os bairros, o povo respondeu que quer mais segurança, e é um tema que a nossa capacidade, enquanto Vereadores, de poder legislar sobre esse tema é reduzida. Resta-nos o nosso alicerce para fazer alguma coisa, no ponto de vista da segurança, é o resguardo do patrimônio municipal.

Quero agradecer que está sendo deslocada a guarda Civil Móvel para o Parque da Independência, eventualmente, para o Parque da Aclimação, e outros.

Aliás, quero cumprimentar o nosso Secretário do Partido Verde, Ricardo Teixeira, da Coordenação das Subprefeituras, que já foi Secretário do Verde. Temos cerca de 100 parques, não é isso, Secretário? E quando se coloca uma Guarda Civil Metropolitana móvel dentro um parque, isso dá pelo menos uma sensação de alívio. A turma reclama que eu falo muito da Tiradentes... É, Maria do Socorro, cada um tem o seu povo; o meu povo é a Cidade inteira, mas estou lá. Temos três parques lá também.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. DALTON SILVANO** – Nós não, o povo tem.

Pergunto: quantas viaturas móveis há que podem ser utilizadas? Quantos parques estamos cobrindo? Porque, Vereador Nomura, como você disse, cada pai de aluno quer uma viatura da Guarda Civil Metropolitana na porta de sua escola; ou, se não tiver, pelo menos 2 guardas civis. Temos mais de 1 mil escolas. Vamos contratar 2 mil profissionais; se multiplicarmos seus turnos, isso seria o ideal, 2 guardas por escola. Quantos equipamentos temos? Está previsto adquirirmos mais? Porque há coisas para as quais temos que dar mais importância do que outras. E ver o guarda civil na porta da escola muitas vezes é muito mais

eficaz do que ter outros tipos de benefício. Tudo é digno: o uniforme é digno, a arma é necessária, mas me preocupo com esse detalhe por conta da sensação de insegurança em que vive o País.

Quando se diz: “Conseguimos a Guarda Metropolitana móvel, que vai ficar no parque”, é uma pergunta simples, mas pego carona na colocação do Vereador Aurélio Nomura: se isso não for suficiente? Temos que mexer nesse orçamento, porque isso reflete muito no Governo. Se há assaltos, as pessoas correm para falar com o Vereador. Mas quem tem cuidar da segurança é o Governo do Estado. Essa é uma pergunta clássica e básica. Se aumentarmos o contingente de equipamentos móveis que a Guarda tem – e falo de 100 parques -, seria um grande ganho. Hoje não sei como está essa questão. Entendo que, se não tiver, esse orçamento deveria prever, Ricardo Nunes, porque é de fundamental importância. Não dá para pôr em todas as escolas a Guarda Civil: vai passar lá o guarda civil, mas em todas as escolas, não vai dar.

Também há a questão dos automóveis. Se não me engano, falaram em 179 viaturas.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. DALTON SILVANO** – Aí, você divide pelas regiões, pelos bairros. Estamos falando de 1,1 mil escolas para 200 viaturas... Temos que melhorar esse orçamento. É pouco.

Essa é a pergunta. E sou parcimonioso com minhas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – A pergunta do Vereador Dalton Silvano é: quantas viaturas são? São 189 por bairro e...

**O SR. DALTON SILVANO** – Não é só essa. Eu quero saber se há previsão no orçamento para ampliarmos a Guarda Civil Metropolitana móvel e ampliarmos o contingente.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Não tem. A gente precisa da ajuda desta Comissão, porque a vontade da Casa é a vontade do povo, para melhorarmos o orçamento da segurança urbana.

Na qualidade de relator, Sr. Secretário, quero colocar algumas questões, até para elaboração do relatório. V.Exa. falou que está dentro da administração da unidade o valor de 340 milhões para 2015, dos quais 324 milhões são para a folha de pagamento. Certo? (Pausa) Só que, quando vemos o resumo, em “pessoal e encargos sociais”, para 2015 há 267 milhões. Então, há algo errado nas contas de planejamento de vocês, que teremos que corrigir, ou tirar mais dinheiro de vocês.

Outra questão, Secretário. No código 2171, “manutenção do sistema de informação e comunicação”, que é o seu contrato com a Prodam, está aumentando em 105%: de 1,9 milhão para 3 milhões, 996 mil. Tem sido uma prática comum de todas as Secretarias esse aumento para a Prodam no sistema de manutenção. Pergunto para o senhor: pelo que eu conheço da atividade, não tem mais o que a Prodam cobrar 4 milhões de contrato. Não seria conveniente mudarmos esses 2 milhões para o Código 2171 para o senhor poder comprar uniformes, algemas, equipamentos da Banda, que são superimportantes para a Cidade? Porque em vários eventos na Cidade a que vou está presente da Banda da Guarda Civil Metropolitana. Essa seria a minha vontade, e eu queria a sua anuência para tirarmos esses 2 milhões do valor da Prodam.

Outra questão é essa preocupação da Fonte 07, 50 milhões. Eu queria ver se o senhor concorda – acho que os Vereadores Aurélio Nomura, Dalton Silvano e os demais membros da Comissão pensam como eu – que não deixemos Fonte 07 na sua Secretaria. Já é uma Secretaria muito enxuta. Vamos tentar colocar essa Fonte 07 para outras Secretarias. Por exemplo, a Assistência Social e a Segurança Urbana têm muita Fonte 07. Esses presentes de grego foram dados a algumas Secretarias. A de Desenvolvimento Urbano não tem. Algumas tiveram o privilégio maior nessa distribuição dos códigos 07. Se o senhor puder depois falar da importância, ou não, de fazermos essa alteração da Fonte 07, eu posso, por exemplo, por no Theatro Municipal, que tem 120 milhões da Fonte 00.

**O SR. ROBERTO PORTO** – A atividade delegada, que é atinente a essa fonte, ela

é de fundamental importância porque a Guarda, hoje, através da atividade complementar, não tem condições de suprir a Delegada.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Nós não poderíamos ficar com a Fonte 07 nessa operação?

**O SR. ROBERTO PORTO** – Nós não temos condição de ficar sem a atividade delegada hoje..

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Então, nós temos que trocar o código da Fonte. A Luciana Temer esteve aqui outro dia, e eu estava colocando isso. Ela estava preocupada: “Nós somos da base, estamos fazendo oposição...”. Eu disse a ela: “Luciana, uma coisa é ser base do Governo, outra coisa é eu ser o Relator, eleito pelo povo e Vereador, e você, Secretário; cada um tem que lutar pelo seu espaço”. Não há crise com relação a ficar com receio do Governo, não há isso, desde que seja justificado.

Outra questão, Secretário. Na folha, precisamos identificar onde está a diferença. Aqui consta “pessoal e encargos sociais”, R\$267.241.657,00; o senhor falou que eram 324 milhões. Então, precisamos identificar isso.

O senhor disse que já há previsão para aquisição de uniformes da Guarda, por 2 milhões. Isso já está?

**O SR. ROBERTO PORTO** – Já está.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Está dentro da Fonte 00? (Pausa) Em “administração de unidade”?

**O SR. ROBERTO PORTO** – Ela tem previsão tanto no convênio federal, que já está empenhado, como também na rubrica de...

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Ah, nesse do Senasp?

**O SR. ROBERTO PORTO** – Também. Mas também tem o plano “b” na 2192, que é operação da GCM no material de consumo.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Ah, tá. É operação e manutenção da

Guarda Civil Metropolitana, que você tinha 45 milhões e agora está indo para 49 milhões.

**O SR. ROBERTO PORTO** – Isso. Na rubrica 2192, no elemento 30;

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Então, não tem necessidade de complementar o orçamento para aquisição dos uniformes. Aqui na Casa a gente escutou muito que não tinha uniforme na gestão passada, aquela coisa toda, que eles tinham que pagar uniforme. Então, acho que é uma coisa importante. Então, não precisa acrescentar valor para aquisição de uniforme, é isso?

**O SR. ROBERTO PORTO** - Tanto em 2013 como em 2014, foram gastos 3 milhões aproximadamente para aquisição de uniformes, e há mais a previsão desses 2 milhões em 2015 com o dinheiro do convênio.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Secretário, o senhor falou e eu queria deixar enfatizada a importância da sua ação em relação ao aluguel das caminhonetes que fazem o serviço da guarda ambiental. O senhor reduziu o valor de 7 mil para 4,7 mil por mês, uma economia de 900 mil por ano. Parabéns mesmo. Eu sei que o senhor já fez isso em relação ao contrato das câmeras, que, acho, era de 7 mil, abaixou para 4 mil por câmera, algo assim. Então, a Casa acompanha isso, e é importante falarmos e reiterarmos que o senhor, como gestor, tem procurado reduzir os custos da Secretaria, o que é de suma importância.

Mas não vi aqui no orçamento alguma coisa para que a gente fortaleça as ações e a criação da Superintendência Ambiental, que é muito importante. Todo dia tem invasões na Cidade, as subprefeituras não têm estrutura para agir e a Guarda Civil Metropolitana, lá na minha região, o pouco que se tem conseguido para a redução das invasões, é ela que tem garantido. Há algo previsto, Secretário, em relação à implantação da Superintendência Ambiental? Ou à colocação dos barcos nas represas?

**O SR. ROBERTO PORTO** – Nós temos, na verdade, as viaturas novas, que já são objeto...

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Vão aumentar em 7.

**O SR. ROBERTO PORTO** – São 37 novas viaturas. Nós adquirimos, para a Ambiental também, novos uniformes, equipamentos para captura de animais. Agora, barcos, por exemplo, não entraram.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Não é projeto da Secretaria?

**O SR. ROBERTO PORTO** – Não. Nós temos um convênio, para ampliar através dele, mas aí é com a Marinha. O que nós estamos fazendo – é importante que se diga até em relação ao apontamento que o Vereador Dalton Silvano fez e, aqui, em cima de uma ideia do Secretário Ricardo Teixeira enquanto ele estava no Verde – é o seguinte: as Inspetorias hoje estão no quintal das subprefeituras. Isso, para a população, não tem efeito nenhum. O Ricardo Teixeira, enquanto estava como Secretário do Verde, nos disse: “Eu arrumo lugar nos parques, e vamos transferir as inspetorias para os parques e praças”. Porque só o movimento de uma Inspetoria é de mais de 100 guardas por dia. Então, a sensação de segurança que isso gera é muito grande, e estamos nesse processo. O Secretário Ricardo Teixeira, enquanto Secretário do Verde, forneceu alguns locais, cujas reformas estão terminando, e estamos na expectativa de que o Secretário Wanderley, que assumiu a Secretaria do Verde, forneça outros tantos. A ideia é levar quase todas as Inspetorias para os parques da Cidade.

**O SR. DALTON SILVANO** – Para dentro dos parques?

**O SR. ROBERTO PORTO** – Para dentro dos parques.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Dentro dessa linha, Secretário, eu vi aqui que o senhor tem lá, previsto, reestruturar as Casas de Mediação das Inspetorias Regionais. Temos: Casa de Mediação da Cidade Ademar, de Aricanduva, de Butantã, Campo Limpo, Cidade Tiradentes, Casa Verde, Ermelino Matarazzo, Freguesia do Ó, Guaianazes. Ou seja, parece-me que quase todas. Agora, o valor para isso é de 3.286 reais. Ou erraram, e é para material de escritório, Secretário, ou precisamos corrigir isso, porque o senhor não vai conseguir reestruturar as Casas de Mediação com esse valor.

**O SR. ROBERTO PORTO** – Nós gastamos neste ano 280 mil nas Casas de

Mediação, que deu, na verdade, para reformar e mobiliar. E há outro tanto a ser recebido através do convênio com a Senasp.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Mas esse valor aqui está correto? Porque para a Casa de Mediação de Capela do Socorro, eu comprei a tinta, pela minha empresa, para doar, Secretário,

**O SR. ROBERTO PORTO** – Foi muito bem utilizada.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Agora, estamos trocando piso. Quer dizer, a gente fica com o chapéu na mão para trocar um piso, para pintar. Esse valor de 3.286 reais está bom? (Pausa) Pode falar, Secretário.

**O SR. ROBERTO PORTO** – Somos obrigados a pensar no conjunto.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – O total é 101 mil reais para fazer a reestruturação de todas as Casas de Mediação.

**O SR. ROBERTO PORTO** – Muito foi feito pelas Casas de Mediação neste ano, e não tivemos orçamento suficiente para o ano que vem manter a mesma dinâmica. Agora, todas serão reformadas e receberão, inclusive, mobiliário novo. E no convênio com a Senasp, cujo dinheiro já está empenhado, tem também algo destinado para as Casas de Mediação através do GGI.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Então, 3.286 está bom? (Pausa) O Secretário não pode falar porque é Secretário. Na vez de vocês, vocês falem. Vou repetir: 3.286 reais para fazer a reestruturação das Casas de Mediação.

Secretário, precisamos discutir – não precisa ser agora, posso falar com o Dr. Barreto depois – sobre a Prodam; se vocês concordam com tirar os 2 milhões da Prodam e colocar para vocês...

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Isso fica complicado porque são contratos assinados com a Prodam. Todo o sistema de informação que há na Secretaria, na Guarda, é por conta desses contratos. Então, realmente...

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Manutenção?

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Manutenção. Nós pagamos...

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Eu sei que vocês pagam. Eu estou falando que vocês estão pagando 1,9 milhão e está indo para 3,9 milhões de manutenção.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Isso.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Aumentou o serviço com a Prodam?

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Não.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – E por que o valor vai aumentar?

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Houve uma contratação nova com a Prodam. Hoje, em alguns serviços, nós somos obrigados a contratar via Prodam. Nós não podemos contratar diretamente. Isso acaba encarecendo um pouco. Mas não houve... O que houve é o contrato que está vigente.

---

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Então, tá. O senhor, por favor, mande, para este relator, qual é a justificativa? O que está aumentando, que justifica aumentar esse valor para a Prodam? E não é obrigado, não. Há vários setores da Prefeitura que acabam contratando direto a empresa, porque a Prodam é muito ineficiente.

Abro a palavra agora aos inscritos da população. A primeira inscrita é a Sra. Maria do Socorro, por 3 minutos.

**A SRA. MARIA DO SOCORRO** – Bom dia à Mesa. Sou Maria do Socorro, da região de Itaquera. Eu acharia bom que vocês olhassem com carinho o seguinte: não sou puxa saco de farda, não; mas tenho saudade de quando havia segurança nas escolas, quando havia a gente via os guardas circulando e sendo nossos amigos. Fiquei muito triste quando eles saíram. Hoje não sabemos a quem recorrer. Ele fala em Tiradentes, tudo bem, certo. Só que em Itaquera, ao lado da escola, há uma cracolândia – uma não, cinco. Uma delas está alojada em um terreno da CDHU que está abandonado há mais de 7 anos. Já se acionou o Ministério e vários órgãos. É necessária, sim, a Prodam. Perguntei ao Fábio o que significa a Prodam, que



eu desconheço. Como investem dinheiro que não traz nenhum benefício para a população da periferia? Não esqueçam de que a população deu o recado agora e vai dar de novo aos parlamentares. Como vocês são inteligentes, espero que olhem com carinho para a população. Tenho 73 anos de vida e 35 anos atuando. Trabalhei na FEBEM e sei do descaso com a periferia. Sou de Itaquera, com orgulho e acredito que vocês vão entrar num consenso e olhar com dignidade para essas criaturas, que têm muito a oferecer. A segurança urbana tem que conversar; moto e carro são para idiotas que têm medo da periferia.

Acredito em vocês e espero não me decepcionar. Sou simples, mas sou sincera.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

**O SR. LAERTE BRASIL** – Boa tarde. Sou Presidente Nacional da União Global Seguro dos Trabalhadores e Empreendedores Sustentáveis do Brasil - GTSB. Primeiramente, cumprimento o Secretário, os Vereadores e todos os demais presentes, além dos internautas que nos acompanham. Um dos eixos da sustentabilidade humana do século XXI da Central é que, para se formar uma nova sociedade do conhecimento para o mundo do trabalho e empreendedorismo, é preciso se formar um novo cidadão do futuro, ou seja, as crianças, os adolescentes, a juventude por meio de políticas públicas de educação, cultura, esporte, dentre outras ações.

Não vejo, no entanto, como a militarização vai inibir essa falta de políticas públicas. O Estado de São Paulo tem 42 milhões de habitantes, número equivalente a de um país. Economicamente, se fosse um país, faria parte do G-20 como décimo oitavo país mais rico do Planeta. No entanto, 30% da população do Estado detêm toda a sua riqueza e 68% estão esmagados por falta de recurso público, inclusive pelo desmonte na segurança pública do Estado de São Paulo.

A segurança pública do Estado de São Paulo não serve para dar segurança ao cidadão, mas para intimidá-lo. A Operação Delegada, por exemplo, é uma ação em que os

policiais correm atrás de vendedores ambulantes como se fossem verdadeiros bandidos. Na semana passada, na Avenida Ipiranga, presenciei uma cena de violência: um policial chutou o carinho de milho de duas senhoras nigerianas, espalhando o milho por tudo quanto é lado. Quando um rapaz foi reclamar, um dos policiais puxou a arma e saiu correndo atrás dele. Vivemos, portanto, num verdadeiro estado de violência contra a população na cidade de São Paulo.

Nos países modernos, o policial trabalha um dia e folga no outro, sendo que sua carga horária é de três horas por semana. Acho que o policial tem que trabalhar seis horas por dia e folgar somente no domingo, como qualquer outro profissional. Se o número de policiais é de 80 a 85 mil policiais no Estado de São Paulo, vai para 170 mil.

Hoje as ações da Guarda Civil respeitam os direitos humanos, bem diferente daquela Guarda truculenta do Governo Kassab, que inclusive transformou as subprefeituras em verdadeiros batalhões da Polícia Militar.

Como há 186 viaturas, se implantasse um sistema de motociclismo e ciclismo para a Guarda, seria possível criar um sistema de combate a incêndio dentro da Guarda Municipal.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Tem a palavra o Sr. Carlos Augusto Souza Silva, Presidente do Sindicato dos Guardas Civas Metropolitanos.

**O SR. CARLOS AUGUSTO SOUZA SILVA** – Boa tarde, Vereadores e Secretário. Fico muito feliz de estar aqui assistindo a esta audiência, participando dela e ver tanta gente falando bem da nossa instituição Guarda Civil Metropolitana. Não posso deixar de registrar o que aconteceu nesta Casa na semana passada: um companheiro, que presta serviço nesta Casa, agiu em defesa de um policial militar. Também não posso deixar de dizer que ficamos por oito anos sendo utilizados como massa de manobra pelas Administrações anteriores e éramos tratados como filhos bastardos. Hoje, a política é tentar resgatar a instituição Guarda Civil Metropolitana; essa tentativa está tendo êxito, pois a própria população reconhece que a

Guarda realmente é diferente hoje.

Quero parabenizar o Secretário Porto pela coragem, pois, no passado, tínhamos um Secretário que vendia a imagem de que a Guarda Civil Metropolitana tinha tudo. Para provocar a Administração, fazíamos questão de falar que faltava até papel higiênico nos banheiros das unidades da GCM.

Com exceção da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas Com, muita dificuldade, conseguimos que o guarda recebesse um uniforme e um calçado. Após oito anos, adquirimos 400 revólveres e alguns equipamentos. Presidente Ricardo Nunes, V.Exa., que teve um familiar seu ajudado por um guarda da GCM, sabe o quanto é importante essa instituição no Município de São Paulo.

Defendemos que a Guarda Civil seja cidadã, porque todas as vezes que a Municipalidade vai fazer um investimento, uma ação social, a Guarda está presente. Somos a única Secretaria que presta serviço a todas as Secretarias, sejam as de serviço interno ou externo. No ano passado, apontamos a questão da segurança privada no Município de São Paulo e levantamos que o gasto era bem superior ao custo de um guarda, um agente de segurança privada. O triste dessa história é que o segurança privado, que está nos parques, em escolas e hospitais, quando precisa atuar, ele se socorre à Guarda Civil Metropolitana.

Entendemos que vivemos num regime democrático, no qual contratos devem ser respeitados, mas a Administração tem que começar a respeitar o fato de que o Município tem hoje, por força da Lei 13.022, uma ação muito mais ampla do que a preservação do patrimônio. Entendemos que o patrimônio maior que o Município de São Paulo tem são seus cidadãos. Pedimos, assim, que seja revisto no Orçamento a questão de investimento, pois precisamos adquirir vários equipamentos, principalmente armas de fogo, pois hoje temos aproximadamente 4.200 armas, sendo que mais ou menos 600 armas foram doadas pelo Exército Brasileiro quando da criação da Guarda. Precisamos ter condições de enfrentarmos a criminalidade e combater a violência no Estado de São Paulo e no Município de São Paulo.

Parabenizo o Secretário por admitir que temos problemas, sim, e precisamos solucioná-los. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Carlos, você tem como preparar um documento para a Comissão com esse pedido de aumento da verba?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Obrigado. Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

**O SR. FÁBIO SIQUEIRA** – Boa tarde, Sr. Vereador Ricardo Nunes; Vereador Aurélio Nomura; Secretário Ricardo Teixeira; Secretário de Segurança Urbana Roberto Porto e equipe e população presente.

Primeiramente, quero registrar que, no ano passado, a Operação Delegada deixou de ser meta no Plano de Metas da Prefeitura de São Paulo. Das 123 metas, não consta mais a Operação Delegada. Gostaria, então, Secretário, de saber sua opinião, por que foi excluída pela população e acatada pelo Prefeito a questão de não ter mais a Operação Delegada no Plano de Metas aprovado pelo Prefeito; no novo, porque, do anterior, ela fazia parte. Acho, então, que foi a única meta cassada, até porque a questão do idoso era ao contrário: ele não tinha e agora apareceu com as URSIs e o Centro Dia.

Também ainda sobre o Plano Plurianual, gostaria de saber sua opinião sobre o Programa Juventude Viva, da Secretaria de Direitos Humanos e Igualdade Racial, que consta como de responsabilidade da Secretaria de Segurança Urbana. Parece-me incorreto isso e gostaria de saber se V.Exa., Secretário, concorda com isso, porque as questões dos projetos do Programa Juventude Viva são de caráter social e não tem muito caráter militar ou de segurança institucional. Gostaria, então, de saber se ainda há tempo de corrigir isso, porque isso está causando um grave mal-entendido para a cidade de São Paulo até mesmo na execução dessa verba advinda do Governo Federal.

Sobre as bases da Guarda Civil Metropolitana, não vejo no Orçamento 2015, como

não vi no de 2014, orçamento para implantação de bases fixas, que também são importantes, haja vista que, em 2004, o Conselho do Orçamento Participativo aprovou a instalação de 21 bases fixas em regiões periféricas, como Jardim Umarizal, Anhanguera e Itaquera. Claro que tem que haver bases móveis, mas também tem que haver bases fixas, porque é uma demanda da população em relação à GCM. Gostaria, então, de saber se essa questão vai ser revista, porque continua essa demanda importante em toda a cidade de São Paulo, aprovada pela população e por esta Casa.

Por fim, gostaria de saber sobre a questão da falta de segurança nas praças e furtos de monumentos históricos na cidade de São Paulo, ações que também acontecem nos cemitérios municipais. Por exemplo, o busto do grande poeta Menotti del Picchia, em frente à sede do Tribunal de Contas de São Paulo, na região do Ibirapuera, foi furtado. Como aconteceu com esse, aconteceu com outros também. Gostaria de saber se a Guarda Civil poderia fazer alguma coisa, porque a história de São Paulo está sendo furtada, surrupiada e, pelo jeito, a olhos não tão vistos às autoridades. É lamentável que isso ocorra e acredito que a GCM e a Secretaria podem fazer alguma coisa para coibir essa nefanda prática na cidade de São Paulo.

Era isso. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Tem a palavra o Sr. Carlos Henrique Cardoso, artesão.

**O SR. CARLOS HENRIQUE CARDOSO** – Boa tarde. Sobre a questão da segurança pública, eu queria fazer três perguntas que acho pertinentes. A primeira sobre a Prodam, que não está clara, não. Queremos mais transparência, porque, pelo que percebemos nas audiências públicas, a verba para essa empresa praticamente dobrou.

A segunda questão é sobre o problema da segurança pública da cidade de São Paulo. Reconhecemos que, em termos de veículos, a Guarda Civil Metropolitana melhorou bastante, mas é vergonhoso que a Polícia Militar e a GCM, em vez de cuidar da segurança

pública, fiquem atrás de camelôs. Camelôs não são bandidos, são trabalhadores como outros quaisquer. Enquanto isso, pessoas são assaltadas a cada minuto na cidade de São Paulo e temos que brigar por segurança pública nas cracolândia e nas praças que estão abandonadas na Cidade. Morador de rua é questão social em parte; alguns casos são caso de polícia. As pessoas não podem passar em algumas praças à noite porque são assaltadas por pessoas que estão entre essa população de rua. Essa é uma denúncia grave e é uma questão de segurança pública. No Largo da Concórdia, por exemplo, vemos muito a Polícia Militar e a GCM juntas atrás de vendedores de água ou abacaxi. Guarda civil metropolitano tem que defender o patrimônio público e cuidar também da segurança pública. Acho até que há profissionais da Guarda que não concordam com esse tipo de política. Tenho certeza disso, porque é ridículo.

Estamos preocupados com a questão da segurança pública. Prova disso é a resposta que foi dada pelas recentes eleições: as pessoas estão querendo segurança pública nas escolas e nas praças públicas, que estão abandonadas, principalmente as da periferia.

Sobre a questão da segurança privada nos parques, existe, sim. No Parque do Carmo, por exemplo, a segurança é particular, não é feita pela Guarda Civil Metropolitana.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Tem a palavra o Sr. Alex Souza.

**O SR. ALEX SOUZA** – Boa tarde, Vereadores e Secretários. Sobre segurança pública, acho que há certa acomodação da parte do governo pelo fato de que, ano passado, o IBGE registrou em São Paulo houve menos assassinatos do que em todas as outras capitais do Brasil. O Governador até falou isso para a imprensa, só que, se somos a locomotiva do País, não temos que comparar a nossa cidade com cidades como Maceió ou Fortaleza, mas com cidades do Primeiro Mundo, como Amsterdã, a capital mais violenta da Europa. Lá, no ano passado, houve três assassinatos por cem mil habitantes; aqui houve 11. Se somos a locomotiva do País, temos que nos comparar às cidades da Europa.

Então, não estou satisfeito com isso. Eu acho que podemos melhorar, sim. Eu amo

esta cidade, eu quero mais segurança, eu quero que ela realmente seja a locomotiva do nosso país.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Muito obrigado.

Chamo agora o Sr. Alex Souza. (Pausa) Ah, foi último? Perdão.

Tem então a palavra o Secretário para suas respostas.

**O SR. ROBERTO PORTO** – Vou procurar ser breve porque temos ainda a continuidade dos trabalhos com uma Secretaria que tem Orçamento muito mais complexo para ser debatido.

Fizemos uma análise, ao assumir a Secretaria, que diz respeito a várias questões aqui abordadas, de que a guarda, nos últimos anos, havia se distanciado e muito das suas atribuições constitucionais, em especial do combate ao comércio ambulante irregular em locais privados. A guarda se voltou, ao longo dos anos, quase que inteiramente para essa atividade. E o que é pior, deixando de lado programas, que são a essência da guarda, como é o caso do programa de proteção escolar. Hoje, as escolas municipais estão desguarnecidas, estamos incentivando a criação dessa atividade complementar, foi pensando justamente no programa de proteção escolar, que vamos lançar no mês de novembro. Das 700 vagas que estão sendo destinadas para atividade complementar, 400 nós pretendemos alocar nas escolas para trazer um mínimo de seguranças às escolas municipais. Os outros 300 a ideia é manter no centro cuidando dos espaços públicos; e utilizar o contingente que está ingressando agora via concursos, e aí sim nas regiões mais distantes do centro de São Paulo. São pessoas com um maior preparo que poderiam ser utilizadas em locais mais distantes. E também levando a guarda para as praças, para os parques, que se encontram abandonados, como vocês disseram.

Estamos retomando, foram nove anos sem concurso público e reverter esse quadro não é do dia para a noite. Como bem disse o Presidente do SindGuardas, hoje há mais

segurança privada do que guarda civil e com custo muito maior, sem levar em conta – eu tenho para mim – que um guarda armado traz sensação de segurança de, pelo menos, dois seguranças privados desarmados. Ganhamos não só no financeiro, pois a guarda custa menos, mas no quantitativo. Aonde há um guarda armado precisamos de menos segurança privada.

Estamos tentando reverter o quadro, não se faz do dia para a noite. Para isso precisamos contar com a atividade complementar, com a Operação Delegada, que ainda que tenha saído do Plano de Metas, é uma realidade confirmada pelo Prefeito, pelo comando da guarda e pela Secretaria. A guarda não consegue suprir o espaço que hoje ainda é ocupado pela Operação Delegada. Há necessidade real da manutenção da Operação Delegada e agora também com a Atividade Complementar da guarda.

Finalizando, o Sr. Laerte Brasil disse – e também me refiro a outras perguntas formuladas – que vender milho, vender água sem a TPU é irregular? É uma infração administrativa, mas não é crime. Nada justifica uma atividade como a que o senhor aqui nos relatou.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Secretário, creio faltou dizer em relação a que estão preparados para assumir 500 guardas, e não temos previsão no Orçamento para essa contratação.

**O SR. ROBERTO PORTO** – Para o ano que vem, para 2015, esses guardas que foram chamados, nós temos a provisão de 2014; e para 2015, para mil guardas.

**P** – Ah, tem a provisão para mil guardas?

**R** – Mil novos guardas, e aí fechando o contingente do concurso.

**P** – Isso está previsto?

**R** – Está previsto.

**P** – Vamos ter então mais mil guardas em 2015?

**R** – A ideia é em 2015 chamar mais mil e fechar o número do concurso, já



pensando na abertura de um segundo concurso.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – OK. Mais algum Vereador? (Pausa)

Posso encerrar? (Pausa)

Quero agradecer demais o Secretário Roberto Porto, o Dr. Barreto e as pessoas que os acompanham. Já está em nossa Mesa o Secretário, meu xará Ricardo Teixeira. E também a SPUA, se quiser sentar à mesa, por favor.

Um minuto para nos despedirmos do Secretário Roberto Porto.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Ricardo Nunes.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Boa tarde a todos. Agradeço demais o Secretário Ricardo Teixeira, o Miguel e o Alcalá.

Neste momento, damos início à audiência pública do Orçamento de 2015, Secretaria das Subprefeituras e SPUA. Secretário, o senhor quer fazer uma introdução?

**O SR. RICARDO TEIXEIRA** – Farei uma saudação a todos da Mesa, ao xará Ricardo Nunes, que está presidindo; nosso amigo Aurélio Nomura; e ao meu companheiro de partido Dalton Silvano. Trouxemos algumas pessoas da nossa Secretaria: Sérgio Antonio Alcalá Superintendente da Usina de Asfalto; e também o Miguel Reis Afonso, nosso adjunto. Quem vai expor o nosso Orçamento para 2015 são os dois.

Em primeiro lugar, passo a palavra para o Miguel.

**O SR. MIGUEL REIS AFONSO** – Sou Secretário Adjunto da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras. Quero agradecer, cumprimentar os Vereadores da Mesa – Ricardo, Nomura e Dalton Silvano.

Em razão do adiantado da hora, tínhamos uma apresentação a fazer, mas para ser rápido e dar oportunidade às pessoas para fazerem seus questionamentos, estamos desenvolvendo diversas ações na Secretaria, a partir de fevereiro, que foi quando eu e o Ricardo Teixeira ingressamos na Secretaria de modo a melhorar sua gestão e desenvolver o princípio pelo qual o Governo pretende encarar o caráter da subprefeitura. É um processo de

descentralização, que está em curso. Sabe-se que houve uma concentração, ao longo dos anos, nas funções dentro da Secretaria. Estamos de forma paulatina, de forma constante fazendo o processo de descentralização.

Nesse processo tivemos na estrutura da Secretaria a saída do setor e Abastecimento e a inclusão da Defesa Civil, dentro dos procedimentos que estamos desenvolvendo. E na Defesa Civil foi incorporada o PREVIN, importante serviço de atendimento prestado às favelas para evitar sinistros, incêndios, enfim.

Nos últimos meses estamos nesse processo tentando fazer com que a gestão atenda de uma forma melhor, dentro do princípio da descentralização e da transparência e controle social. Nesse sentido é importante registrar a presença de diversas pessoas, aqui presente, que são conselheiros representativos, os quais nas subprefeituras têm papel preponderante na construção da política local. Isso é para se registrar, pois o momento em que vivemos quando houve retração do Orçamento em razão da não aprovação ou da suspensão do IPTU, tivemos de, junto com o conselho de representantes, melhor administrar a nossa situação.

Tivemos este ano o episódio da Copa do Mundo, quando concentramos esforços no sentido de melhorar o cuidado com a cidade, a manutenção da cidade, foi feito um investimento muito importante, para que pudéssemos receber milhões de pessoas que vieram ou que transitaram pela cidade de São Paulo em razão desse grande evento esportivo.

Esses são então os princípios pelos quais estamos desenvolvendo as ações.

Especificamente quanto à questão do Orçamento para o ano que vem, estamos potencializando as diversas ações da Secretaria, afetas à Secretaria e principalmente vamos fazer investimento importante na área de contenção de risco geotécnicos para evitarmos catástrofes.

Temos um plano feito em 2010 pelo IPT, o qual teve muita dificuldade para ser desenvolvido. Estamos colocando concretamente no Orçamento da Coordenação de

Subprefeituras 29 milhões para que isso possa ser efetivado.

Estamos potencializando os serviços da Defesa Civil. Como foi dito pelo Secretário Porto, há recursos para contratarmos empresas que possam nos ajudar a coibir as ocupações em áreas de proteção ambiental, que é uma grande chaga que temos na cidade de São Paulo, e estamos perdendo nossas áreas de forma constante.

Temos também a questão da pavimentação e recapeamento, e eu vou passar a palavra ao Alcalá. É uma tentativa de potencializarmos o serviço fazendo com que haja aperfeiçoamento, com melhor qualidade, com melhora na dinâmica para que se torne eficaz, que evidentemente possamos construir um programa e efetivar a implantação de recapeamento e da Operação Tapa-Buraco.

O plano de obras foi discutido com o conselho participativo de modo a que a comunidade possa efetivamente... É um plano de obras para os próximos dois anos, e isso está colocado em nosso orçamento também.

Também a questão do combate à enchente... O que mais? (Pausa)

Desculpe, Vereador, estou correndo por causa do tempo, para que as pessoas possam falar.

Temos uma execução orçamentária em 2014, até ontem, 4 de novembro, cerca de 94% do valor empenhado. Chegarmos a novembro com 94% empenhado é um índice extremamente satisfatório para enfrentar o desafio de fazer a gestão da cidade.

O valor da proposta orçamentária para a Secretaria, nós estabelecemos um valor, comparado ao ano de 2014, 25% maior. O orçamento da Sub está 10% maior; e no geral dando 14% a mais no Orçamento dos dois. Segundo a Sempla, essa foi uma maneira de alterarmos a peça orçamentária que está na Casa, fazendo com que esses itens possam ser mais bem enfrentados. Colocamos nas subprefeituras um índice maior, na Secretaria também, e no total o aumento é de 14%.

Acho que era isso.

Vou passar para o Alcalá, se ele quiser complementar.

**O SR. SÉRGIO ANTONIO ALCALÁ** – No tocante à manutenção da malha viária, a responsabilidade dessa manutenção passou para a SPUA – Superintendência das Usinas de Asfalto. Estamos executando este ano um programa de recapeamento, que foi feito parcialmente desde o início do ano até meados de junho, julho, num montante de 80 milhões realizados até o momento. Os recapeamentos foram destinados às vias principais da cidade visando melhoria na qualidade do transporte, na segurança do usuário e, de forma preventiva, na manutenção dessas vias principais, as quais fazem parte do principal sistema viário do Município de São Paulo.

No momento, estamos elaborando um novo plano para dar continuidade, com previsão de concluirmos o ano com mais 40 milhões de recursos empregados no recapeamento. Dentro do que estávamos prevendo para o ano, seriam recursos da ordem de 130 milhões, vamos acabar realizando até o final do ano.

Também estamos preparando, para o ano que vem, alguns planos de manutenção preventiva do viário, serviço nunca antes executado no Município. Até o momento só executamos serviços corretivos. A partir do ano que vem, passaremos a executar serviços de manutenção preventiva, através de serviço que tem custo inferior e previne a ocorrência de degradação acelerada dos pavimentos. Esse serviço é o que a maioria das concessionárias executa nas rodovias. Com a execução desse serviço preventivo pretendemos diminuir os gastos com manutenção corretiva do viário.

Quanto ao serviço de pavimentação, pretendemos executar, a partir do ano que vem, algum plano que já existe, há uma série de solicitações, de prioridades através das subprefeituras. E vamos executar o ano que vem, pois este ano não há tempo hábil para executá-lo.

Acho muito bom esclarecer que recebemos diariamente milhares de pedidos para pavimentação e recapeamento dentro do Município. Esse serviço está sendo feito, os pedidos

são priorizados através das subprefeituras. Vamos fazer um plano de pavimentação e recapeamento a partir das prioridades das subprefeituras e de acordo com os recursos disponibilizados. Creio, para o ano que vem, contemos com recursos razoáveis para que façamos, pelo menos, a manutenção de 2% do total da malha viária do Município, até o final da gestão, em 2016. Seria importante fazer essa manutenção para que o Município não perca um patrimônio muito grande de recursos, que são empregados pela municipalidade, e nós temos que fazer essa manutenção.

De qualquer forma, agradeço a presença de todos. Estamos prontos para responder as questões que porventura quiserem fazer.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Pergunto aos Srs. Vereadores, todos concordam em escutarmos o povo primeiro. (Pausa)

Então, tem a palavra a Sra. Maria do Socorro. (Pausa) Maria do Socorro, por favor, não demore, se não, não vou ter tempo para falar. (Pausa)

**A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES** – Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa. Olá, olá, olá, olá! A coisa é séria mesmo, e eu exijo muito de vocês. Porque quando vocês conversam entre si, vocês não estão prestando atenção à pessoa que vai falar. Dá uma resposta evasiva, o que não me é interessante, porque o que vocês falam eu transmito para a minha querida população periférica, Itaquera.

Eu sou Maria do Socorro Alves, conhecida por Dona Socorro. Faço parte do Conselho, sou conselheira do orçamento, sou também de ONG, uma pessoa jovem de cabelo branco, 73 anos. A nossa periferia é excluída e esquecida. E só fala em Itaquera. Tem tudo de bom e do melhor. Só que no nosso conjunto habitacional Águia de Haia existe uma população vulnerável – morro, favela, córrego a céu aberto, ocupação em massa, moradia desordenada. Nada temos. Temos, sim, quando chove morre gente. Na proximidade de Vila Ramos, se vocês conhecem... Talvez não, né?

Tive a felicidade agora de nos presentear com um subprefeito. O bichinho é

pequeninho, pesa quase 200 quilos, eu acho. E foi a primeira pessoa que teve a educação, a gentileza de nos visitar. E isso eu vou falar, porque é importante. Três pessoas foram ao nosso conjunto – Erundina, Mario Covas e Marta Suplicy. Os outros, quando passaram por lá, passaram de helicóptero. Refiro-me ao Conjunto Habitacional Águia de Haia. Temos uma Cracolândia monstruosa nas proximidades da escola. A única coisas que temos lá é o AMA e o UBS Águia de Haia. Temos um CEU, mas que virou um elefante branco. Então peço encarecidamente a vocês o que está preparado, mas não no papel, na realidade, porque sabemos que favela vai ser removida, a população vai ser removida. Não temos nada lá. Temos, sim, a nossa população. E o subprefeito está nos ajudando.

**P** – Dona Maria, passaram os três minutos.

**R** – Calma! Eu vou completar.

Eu “aumentei” elogiando o subprefeito. Não sou partidária, viu, gente. Minha política é pública. Amo de paixão o que eu faço. Quero, com sinceridade, saber qual é a proposta que vocês, no papel, concretamente, vão propor no Conjunto Habitacional Águia de Haia, Cidade A. E. Carvalho e no entorno. Eu acredito no que vocês falam, mas acredito mais ainda quando eu vejo concluído.

Obrigado.

**P** – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

Estão encerradas as inscrições.

**O SR. LAERTE BRASIL** – Primeiramente, cumprimentamos as autoridades da Mesa, a todos aqui reunidos, especialmente os internautas, que estão nos ouvindo digitalmente.

Na cidade de São Paulo tem cerca de um milhão e 115 bocas de lobos e galerias. E essas bocas de lobo e galerias, quando foram construídas, no passado, não tiveram políticas públicas de tecnologia avançada para construção. Hoje a atual administração da cidade de São

Paulo herda uma calamidade pública, que São Paulo não aguenta 20 minutos de chuvas, porque a água bate no asfalto e corre sem destino. E 20 minutos são suficientes para alagar São Paulo e parar toda a cidade.

A primeira pergunta é se tem projetos para reconstrução dessas bocas de lobo e galerias.

Outra questão: por falta de planejamento de engenharia, o asfalto da cidade de São Paulo foi construído em paralelo, não teve uma tecnologia inclinasse o asfalto para 90 graus, dos passeios, assim construindo uma galeria no meio, com tecnologia avançada, para escoar a água e levá-la até o destino final.

Em administrações anteriores vinham sendo feita recapeamentos, que deixam verdadeiros buracos no asfalto.

Além disso, os passeios públicos, uma herança de mais de 30-40 anos, os municípios precisam ser superatletas para andar nesses passeios. E eu queria saber se já está havendo uma política para que se comece a reconstruir os passeios da cidade de São Paulo.

E gostaria de dar uma sugestão, até de educação.

Vocês sabem que na cidade de São Paulo, a cada 90 dias, o cidadão joga quase 100 milhões de bitucas nas ruas da cidade de São Paulo. E essas bitucas, quando chovem, vão para os bueiros, contaminando os lençóis freáticos da cidade de São Paulo, causando vários danos de saúde à população da cidade de São Paulo. A sugestão é a seguinte: desenvolver um programação de educação, através da Prefeitura, na mídia escrita e falada...

**P** – Obrigado, Laerte. Você me desculpe, mas senão os outros não vão conseguir falar.

**R** – Vou encerrando por aqui. Obrigado pela palavra.

**P** – Obrigada. Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

Anuncio a presença do Vereador Arselino Tatto.

**O SR. FÁBIO SIQUEIRA** – Boa tarde a todos. Sr. Secretário, Vereador Ricardo

Teixeira, e sua equipe, da Secretaria de Subprefeituras, Srs. Vereadores Aurélio, Ricardo, Tatto e Dalton, população presente.

Realmente, observando o orçamento, em especial da Secretaria das Subprefeituras, nós tomamos um susto com os dados aqui apresentados. Com certeza, nesses 11 anos de existência da própria Secretaria de Coordenadores da Subprefeitura e do próprio orçamento autônomo das Secretarias, nunca, em tempo algum, chegamos ao dia 30 de setembro à execução orçamentária total de uma Subprefeitura como Sapopemba em apenas 23,6%. Isso é inédito na história da cidade de São Paulo. Mesmo usando a estrutura nova, tudo isso, não é possível que, em nove meses, de um orçamento aprovado de quase 29 milhões de reais, tenha sido executado apenas 6,8 milhões de reais. Isso é uma coisa impossível na história da cidade de São Paulo. Observando uma média de  $\frac{3}{4}$  do ano, de 75%, emplacada em 23,6%. E com o agravante de os ex-Secretário Chico Maceno, atual Secretário, ser oriundo dessa região. Então é uma coisa muito grave. Eu estranho a ausência da população de Sapopemba aqui presente. Vejo aqui a Vereadora Juliana Cardoso, vejo aqui o Vereador Eduardo. Realmente é preciso uma resposta, porque não é possível uma região apresentar uma execução orçamentária desse tipo, haja vista que Vila Prudente, que é do lado, teve uma execução de 73%. Como que uma subprefeitura executa 73% e a outra executa 24%? É realmente absurdo.

Registrar também que as subprefeituras que mais executaram foram Vila Prudente, Campo Limpo e Pinheiros. E as que menos executaram foi Sapopemba, que eu já dei o exemplo aqui, Parelheiros, uma região pobre, que teve 38,4% de execução total até setembro. É um absurdo. É metade da média de 75%. E São Mateus, Vereadora Juliana, é a terceira pior execução orçamentária das 32 subprefeituras neste ano de 2014, como M'Boi Mirim, Capela do Socorro, etc. Então as regiões mais pobres é onde se executa menos.

Para terminar, uma aberração: a Subprefeitura de Sapopemba teve o seu orçamento aprovado ano passado, no valor de 29 milhões de reais. Sabe quanto a Sempla



apresentou para o ano que vem? Dezenove e meio [milhões] de reais. Quer dizer, reduziu o orçamento da Subprefeitura de Sapopemba. A pergunta final: será que a Subprefeitura de Sapopemba foi uma boa criação? Porque a população está sofrida lá, porque não está tendo os serviços públicos destinados a esta região. Então lamentamos o descaso pela região de Sapopemba e Jardim Colorado.

Para terminar, apareceu no Orçamento do ano que vem o tal 9,7 milhões para a rota turística da Vila Mariana. Esse projeto não foi discutido nas audiências públicas de março de ano passado para o Orçamento deste ano. Eu participei de todas, e esse projeto não foi discutido. Então é um absurdo esse projeto entrar, tirando verba da 1170, que não foi utilizada. A 28... 2341, que foi prometida em novembro do ano passado e não foi executado. Então gostaria de saber por que a verba aprovada pela população nos conselhos não são executadas na Secretarias das Subprefeituras.

É isso. Muito obrigado.

**P** – Tem a palavra a Sra. Carol Souza dos Santos Nascimento.

**A SRA. CAROL SOUZA DOS SANTOS NASCIMENTO** – Boa tarde a todos da Mesa. Na realidade eu venho fazer um pedido ao Secretário, porque sou da região de Perus/Anhanguera, e temos uma diferença enorme de distritos. São dois distritos com uma distância muito grande. Gostaria que você abrisse uma rubrica para um posto avançado no Anhanguera. Não sei qual será a tramitação para que se entre no Orçamento desse ano, porque temos necessidade de ter um posto avançado no Anhanguera. Eu, prontamente, como conselheira, já vou procurar esse local para implantar esse posto. E já conversando com o Subprefeito, o Carlos Roberto, ele já me passou algumas definições, e a gente poderia sentar e conversar a respeito disso.

Também gostaria de saber do Secretário da verba que teria que ser do plano de obras, que não aconteceu e não foi descongelada. Era uma verba do Fundurb para cada subprefeitura. Boa tarde, obrigado.

**P** – Obrigado. Sra. Carol, depois a senhora poderia mandar essa solicitação por email essa solicitação?

Tem a palavra o Sr. José Roosevelt, do Conselho Participativo da Vila Mariana, região do nobre Vereador Dalton Silvano.

**O SR. JÚNIOR** – Boa tarde a todos. Meu nome é Júnior; sou conselheiro participativo por Vila Mariana, Presidente da Associação de Moradores de Moema, e tenho alguns pontos para levantar.

Peguei aqui a folha com o Orçamento de 2014, com o que vai ser proposto para 2015, pelo menos da vinda da Subprefeitura Perus até Sapopemba, incluindo Vila Mariana, e eu só vejo uma variação – 5%, 10%, que é mais ou menos o caso da Vila Mariana. Não vejo crescimento desse valor que vai para as subprefeituras.

A Subprefeitura de Vila Mariana tem um problema muito grande com relação à poda e remoção de árvores. Temos por volta de três mil processos a respeito disso. E eu, como conselheiro, vivo na subprefeitura, e vejo, diversas vezes, assessores dos Vereadores pedindo poda de árvores, que é uma coisa extremamente simples. Por que não se fazer uma força tarefa para se limpar essa pauta, esse número de processos, que é um absurdo?

Voltando a falar do Orçamento, uma segunda coisa é que tivemos uma aula magna com o Prefeito, conversamos com a Leda, todos falando da descentralização. Acredito que descentralização envolva recursos e o que vemos no orçamento da subprefeitura é o enxugamento. Nesse processo, aonde está a descentralização?

Outra coisa é a estrutura da Sub Vila Mariana. O prédio, e ontem mesmo tivemos uma discussão importante sobre a Lei de Parcelamento, e tivemos de fazer a reunião no Instituto Biológico, na Subprefeitura não há espaço para reunir a população. Não conseguimos reunir 50 pessoas na sala destinada. Diria mais, com a implantação de coisas relacionadas à Saúde, há preocupação da equipe do CPO perder o terreno e não ter para aonde ir. Como é que vai ficar? Precisamos discutir.

Por fim é uma coisa que não envolve tanto a Subprefeitura em si, infelizmente falamos muito de conservação, de zeladoria, mas e a preocupação com as favelas dentro da Sub de Vila Maria? Há duas favelas. Uma na região da Vila Mariana; outra, a Mauro. E há um terreno grande da Prefeitura, perto da Ricardo Jafet. Por que não transferir as famílias para lá?

Era isso, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Chamo rapidamente o Carlos Henrique Cardoso, que vai falar por um minuto.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Senhores, vou suspender por dois minutos a audiência pública.

Estão suspensos os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Tuma)** – Na qualidade de Presidente da Comissão de Administração Pública, Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, verificado o quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 30ª reunião ordinária de 2014.

Informo que a reunião está sendo transmitida, como sempre, no [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), *links* TV Câmara, Auditórios On-Line.

Antes de continuar, suspendo os trabalhos para continuarmos com a audiência pública do Orçamento 2015.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos da audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento são reabertos, sob a presidência do Sr. Ricardo Nunes.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Estão reabertos os trabalhos da audiência pública referente ao Orçamento 2015.

Tem a palavra o Sr. Carlos Henrique Cardoso, do Arte e Artesão.

**O SR. CARLOS HENRIQUE CARDOSO** – A pergunta é quanto à subprefeitura sobre a questão das áreas verdes da cidade. Falaram de controle para não haver ocupação

das áreas verdes. Como é que a subprefeitura está se organizando na questão política sendo que há denuncia do Parque dos Búfalos, onde está sendo construído empreendimento imobiliário, é uma área verde. E temos outras regiões, macrorregiões da cidade para isso. E no Parque dos Búfalos está sendo construído empreendimento, em Pedreira, Cidade Ademar. Dizem que não pode construir em área, e lá está sendo. Temos de ver a possibilidade de uma macrorregião. Quero saber por que, pois disseram que não pode construir em área verde.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Obrigado. Chamo agora Luca Magri, que é o último inscrito.

**O SR. LUCA MAGRI** – Bom dia. Sou estudante da Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas. Estou aqui sem querer, acabei nesta reunião, estou fazendo um trabalho sobre Subprefeitura-Descentralização. Uma coisa importante é entender a diferença entre descentralização e desconcentração. Centralização envolve dar poder de gestão para as subprefeituras, que é importante para acabar com várias práticas patrimonialistas que acontecem na cidade. E daí eu quero pontuar: fico feliz que agora a gestão de São Paulo percebe a importância da descentralização, volta a perceber. Em gestões passadas o Orçamento de Secretarias subiu 500% e das subprefeituras caiu 60%, agora pelo menos está subindo.

Pergunto: não é estranho falar de descentralização quando o Orçamento do órgão central, a Secretaria sobe ainda mais do que das subprefeituras?

Obrigado.

(Pausa)

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Vereador Dalton Silvano.

**O SR. DALTON SILVANO** – A pergunta que faço – e depois vão encaminhar a resposta por escrito – é a seguinte: todas as verbas que estou lendo quanto à intervenção, urbanização e melhoria de bairro estão na fonte 1170 – 39. Reforma, por exemplo, Tiradentes, 200 mil, 1.576.440, na fonte 07. Vereador Ricardo Nunes, e aqui estamos dependendo da

liberação de IPTU. Como é que vai ficar se o IPTU não for liberado? A cidade vai parar? Essa é a principal fonte que temos no Orçamento, é a zeladoria da cidade.

Outra questão, falou-se da poda de árvores. Há uma lei, que era para ter sido implantada pelo Secretário Macena, que permite a contratação, a terceirização de engenheiro agrônomo para liberar o aval das podas de árvores. Gostaria de saber em que pé está essa lei.

Outra coisa pequena, mas que atrapalha todo mundo, é o contrato de manutenção dos aparelhos da terceira idade. Eles quebram, ficam lá e tem de repor porque ficaram de... Havia compromisso de fazer contrato de manutenção dos equipamentos da terceira idade, mas eu não vi.

São três as respostas, que fico aguardando resposta por escrito.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Vereador Nomura.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Farei duas perguntas, as restantes, encaminharei por escrito e gostaria de receber as respostas por escrito.

Dos 306 milhões para investimentos em 2015, 234 milhões são da fonte 02, ou seja, do Governo Federal; fonte 03, Estadual; e fonte 07, que é aquela condicionada com relação ao IPTU. Apenas 70 milhões são oriundos do Município de São Paulo. Sabemos das dificuldades quanto aos recursos federais. Gostaria de saber: qual é o plano b da Secretaria?

Outra coisa é que para obras e serviços, nas áreas de risco geológico, a proposta orçamentária é de 155 milhões, dos quais 125 milhões são oriundos de recursos federais. Gostaria de saber, considerando a real possibilidade de não virem os recursos, como o Governo pretende agir para atender essa população mais necessitada que vive em áreas de risco?

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Obrigado, Vereador.

Tendo em vista que aqui, agora, iniciará os trabalhos a Comissão de Justiça, pergunto ao público presente: concordam que os Secretários e os técnicos enviem à Comissão por escrito as respostas, e elas ficarão disponíveis, e acho que por escrito é até melhor, não é?

Ficará então disponível junto à Comissão para vocês terem as respostas. Aí se não estiverem satisfeitos podemos convocar outra audiência pública. Mas se em princípio pudermos fazer isso, eu agradeço.

Secretário Ricardo Teixeira, podemos fazer assim, para poder encerrar a reunião, o senhor pode falar no microfone que concorda em mandar por escrito às respostas tanto do povo quanto dos Vereadores? E eu também precisaria mandar por escrito, como relator, porque não tive tempo de fazê-las. Tudo bem?

**O SR. RICARDO TEIXEIRA** – Claro, Sr. Presidente. Eu aguardo todas as comunicações por escrito e responderemos tudo por escrito, o mais rápido possível.

**O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes)** – Muito obrigado, Secretário.

Nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada a audiência pública.

Obrigado a todos.

Boa tarde.